

Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda joga com prazo curto para negociar mexida em desoneração..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A biruta da desoneração (Editorial)..... 6

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo federal vai suspender pagamento da dívida do estado..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara acelera texto que retoma imposto de compras até US\$ 50..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Bets": prêmios de até R\$ 2,2 mil serão isentos..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad diz que se reunirá com Pacheco para "arredondar" questão da desoneração..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma limita questionamentos a compensação por crédito de ICMS..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impasse com o PT adia votação sobre taxaço de importação até US\$ 50..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União aposta em acordos para tentar resolver disputas bilionárias de PIS/Cofins..... 15

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - TRAGÉDIA NO RS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Parlamentares poderão redirecionar emendas para socorrer o Estado..... 17

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - CHUVA RS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA Receita prorroga entrega..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

BNDES quer rever parte da Reforma da Previdência..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula critica discussão sobre déficit zero..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
SEGURIDADE SOCIAL

BNDES insiste que governo mude regra de uso do FAT na Previdência..... 23

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentada processa INSS por desconto e ganha 5 mil..... 24

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Fila para perícia do INSS cai 37% com atestados à distância..... 26

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2024: veja a tabela de alíquotas e saiba como fazer o cálculo..... 28

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Quase 1/4 dos MEIs desconhecem seus benefícios previdenciários..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cobrança de impostos é lacuna da regulamentação da reforma tributária (Artigo)..... 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e o terreno fértil para fraudes (Artigo)..... 33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Renegociação de dívidas no Desenrola chega a R\$ 50 bi..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
REFORMA TRIBUTÁRIA

União discute R\$ 1 trilhão em PIS/Cofins..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Frente pede renegociação de dívida..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lewandowski promete nota técnica para esclarecer veto a proselitismo nos presídios -
COLUNA DO ESTADÃO..... 37

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo anuncia medidas econômicas de apoio ao RS..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Camilo e Tebet em caminhos opostos - LU AIKO OTTA..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recriação do DPVAT avança, mas base ainda conta votos..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governos taxam veículo elétrico para compensar perdas fiscais..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Telefônica busca solução para processo contra Anatel no TCU..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Plano fiscal vira "peça de ficção" e muda jogo para ativos, diz Verde..... 48

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Com tragédia no Sul, inflação de alimentos poderá voltar - MERCADO S/A.....	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS 2 ECONOMIA	
Brasil deve completar três anos sem estreia de novas empresas na Bolsa - COLUNA BROADCAST.....	53
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Para evitar alta de preços.....	55
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governos gastadores ficam à mercê de rentistas - ZEINA LATIF.....	57
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Com tragédia, previsão é que alimentos fiquem mais caros.....	59
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
"Juros por Educação" é aposta para promover ensino técnico no país.....	61
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Corte menor da Selic manterá pesada carga de juros na dívida (Editorial).....	63
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Percepção da economia é o desafio de Biden (Artigo).....	65
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA	
Com crise no RS, governo deve importar arroz para evitar alta de preços no país.....	67
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Ibovespa sobe e dólar cede à espera do Copom.....	70

Fazenda joga com prazo curto para negociar mexida em desoneração

MARIANA CARNEIRO E BIANCA LIMA | GABRIEL HIRABAHASI

O Ministério da Fazenda está usando o calendário apertado para a retomada do recolhimento integral da contribuição patronal para pressionar por um acordo com os 17 setores afetados pela reoneração da folha de pagamentos. Como o benefício foi suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), as empresas deverão voltar a pagar a contribuição pela alíquota cheia já no próximo dia 20. Ou seja, o prazo é curto, o que dá vantagem ao governo nessa nova rodada de negociação.

Empresas e parlamentares pedem que a **Receita Federal** institua uma noventena (um prazo de noventa dias) para a reoneração da folha. Os empresários querem levar um pedido formal ao ministro Fernando Haddad, mas há resistências dentro da Fazenda.

O ponto principal de negociação neste momento gira em torno de uma reoneração gradual dos setores atendidos - que incluem milhares de empresas que empregam cerca de 9 milhões de pessoas. A equipe econômica defende a retirada escalonada do benefício até 2027, data de validade da medida, e argumenta que não há fonte de financiamento definida para a política. Parlamentares com atuação próxima à agenda do setor privado articulam, a contragosto do governo, inserir no projeto de lei que recria imposto nos moldes do antigo DPVAT que a cobrança seja a fonte da renúncia fiscal.

Em meio a essas tratativas, empresas e centrais sindicais estão organizando um ato para amanhã, em São Paulo, contra a decisão do STF e do governo.

Devem participar da manifestação a UGT e a CSB, além de representantes dos segmentos de telecomunicações, tecnologia da informação, construção civil e comércio.

A equipe econômica já avisou que é refratária à ideia da noventena por questões técnicas e jurídicas, como mostrou o Estadão. Interlocutores da pasta apontam que o governo não pode abrir mão de receita pública sem amparo legal para tal e avaliam que uma lei nessa direção enfraquece a tese que vem defendendo e que embasou a decisão cautelar do STF.

Ao Supremo, o governo alegou que a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até 2027 foi aprovada no Congresso sem que fosse apontada fonte de financiamento, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

REUNIÃO. Representantes dos 17 setores se reuniram na segunda, em encontro virtual, para discutir estratégias em meio ao prazo apertado para o fim da desoneração.

Segundo interlocutores ouvidos pelo Estadão, duas propostas enviadas por membros do governo foram levadas ao encontro. Ambas, porém, foram consideradas insuficientes em uma primeira análise. A avaliação é de que ainda necessitam de ajustes e maiores negociações.

Hoje, esses setores pagam alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários.

Uma das propostas em debate cria uma reoneração gradual, em que a cobrança sobre a receita iria sendo reduzida com o passar dos anos. Pela tabela em discussão, a desoneração seria mantida em 2024.

Já em 2025, por exemplo, seria uma combinação de 80% da alíquota sobre a receita e outros 5% sobre a tributação da folha.

"Esse modelo de reoneração gradual, sem cobrança em 2024, está aceito. Agora, nós vamos ajustar os percentuais", afirma o senador Efraim Filho (União-PB), autor do projeto que prorrogou a desoneração até 2027 e um dos parlamentares na linha de frente dessas negociações.

Segundo Efraim, caso não haja acordo o Congresso partirá para o "plano B": a discussão de um projeto prevendo a noventena. "É uma possibilidade que está em aberto, porque o pior cenário é o da insegurança jurídica. Por isso que se busca uma solução rápida. Se ela não vier, teremos de dar mais prazo", diz.

Os empresários reclamam dessa falta de previsibilidade.

"A discussão da desoneração da folha é um dos

exemplos de insegurança jurídica que nós temos no Brasil", avalia Pablo César, presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Ele destaca que, desde outubro do ano passado, a regra tributária passou por diversas idas e vindas, com decisões conflitantes dos três Poderes.

"Do ponto de vista de planejamento, isso é um pesadelo para as empresas, independentemente do tema em si."

*

Pacheco afirma que Lula indicou retomada das negociações | GABRIEL HIRABAHASI/ BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), disse ontem, em entrevista à GloboNews, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou a ele que o tema da desoneração da folha de pagamentos de empresas e de municípios de pequeno porte voltará à negociação nos próximos dias via Ministério da Fazenda e Casa Civil.

Pacheco disse ter a expectativa de que uma solução sobre o assunto possa vir nos próximos dias.

O presidente do Senado repetiu o que vem dizendo há algumas semanas. Classificou o gesto do governo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal contra a desoneração como um "erro primário" e defendeu que a discussão sobre o assunto aconteça na esfera política, e não no Judiciário.

Ainda segundo ele, a conversa com Lula - realizada na semana passada - foi "muito boa". Foi nesse encontro que o presidente teria se comprometido a dar mais atenção ao tema, de acordo com Pacheco.

*

A lista dos setores

| Confecção e vestuário

| Calçados

| Construção civil

| Call center

| Comunicação

| Empresas de construção e obras de infraestrutura

| Couro

| Fabricação de veículos e carroçarias

| Máquinas/equipamentos

| Proteína animal

| Têxtil

| TI (tecnologia da informação)

| TIC (tecnologia de comunicação)

| Projeto de circuitos integrados

| Transporte metroferroviário de passageiros

| Transporte rodoviário coletivo

| Transporte rodoviário de cargas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A biruta da desoneração (Editorial)

Hoje, desoneração da folha de pagamentos.

Amanhã, reoneração da folha de pagamentos. O vaivém em torno de uma questão tributária tão complexa explicita o cenário de insegurança jurídica para o empresariado. No Brasil, o que vale hoje não vale amanhã - tudo ao sabor dos ventos e, sobretudo nos tempos atuais, das canetadas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão de Cristiano Zanin, ex-advogado do presidente Lula da Silva na Lava Jato, de suspender, em 25 de abril, trechos da lei que prorroga a desoneração até 2027 é um exemplo acabado da turbulência. Complica o fato de o ministro ter sido seguido por quatro colegas: Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Para a lambança jurídica, falta um voto. Após pedido de vista de Luiz Fux, o caso está suspenso por até 90 dias.

Se a ideia era dar uma chance para a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, buscar uma solução pactuada, consensual e negociada, ainda não deu certo. A **Receita Federal** dobrou a aposta e exige das empresas o recolhimento da alíquota cheia da contribuição previdenciária já a partir do dia 20 de maio referente ao mês de abril - assim, praticamente da noite para o dia.

A posição da **Receita Federal** prejudica o planejamento de 17 setores econômicos. O benefício fiscal substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A iniciativa já foi prorrogada sucessivas vezes. A reoneração imediata, sem que as empresas pudessem se preparar, pode significar o caos.

Vale sempre lembrar que a decisão monocrática de Zanin, que ainda não foi referendada pelo STF, suspendeu uma iniciativa por duas vezes chancelada pelo Congresso. Deputados e senadores aprovaram a prorrogação, e esses mesmos deputados e senadores derrubaram o veto de Lula da Silva contra a desoneração.

Agora, o governo, inconformado com as seguidas derrotas, conta com o STF para emparedar empresas que já haviam se planejado conforme o regime referendado pelo Congresso. Diante de tamanha instabilidade, parlamentares buscam medidas paliativas com o objetivo de adiar a reoneração.

Entre as propostas, segundo o senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor da prorrogação da desoneração, está a propositura de um projeto de lei para adiar por 90 dias a cobrança cheia. Há ainda quem alimente esperança de reverter a decisão do STF, como o deputado Domingos Sávio (PL-MG), presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS).

Enquanto isso, empresários pressionam a **Receita Federal** a postergar a cobrança e não descartam a convocação de um ato com as centrais sindicais.

Acosados, pedem que haja bom senso. Afinal, nada pior para o desenvolvimento do País, tão desejado por Lula e Haddad, do que a insegurança jurídica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo federal vai suspender pagamento da dívida do estado

(Geralda Doca, Karolini Bandeira, Alice Cravo, Bernardo Lima, Lauriberto Pompeu e Arthur Leal)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciará hoje um projeto para suspender o pagamento das dívidas do Rio Grande do Sul com a União e outro para abrir uma linha de crédito facilitado e de longo prazo para famílias de baixa renda no estado.

-(Essas pessoas) não vão poder recorrer ao sistema bancário tradicional, sobretudo de baixa renda. Não vão ter condições de pagar o juros praticados e nem seria justo que assim ocorresse - disse o ministro, após se reunir com Lula, em relação ao crédito facilitado.

Haddad afirmou que já conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sobre os projetos, e que o Congresso está "100% preparado" para atender a população gaúcha.

O projeto relacionado à dívida do estado deve prever a possibilidade de reduzir ou suspender também os encargos, para evitar que o governo estadual retome os pagamentos devendo um valor maior. As medidas valeriam durante o período da calamidade -que, pelo decreto do presidente Lula, aprovado ontem pelo Senado, vai até 31 de dezembro.

O pacote de ajuda do governo federal inclui R\$ 1,06 bilhão em emendas parlamentares e ações como a suspensão da cobrança de dívidas e a liberação para sacar o FGTS. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional anunciou que o contribuinte com pendências com a União terá suspensa por 90 dias a cobrança de parcelas de dívidas renegociadas.

A **Receita Federal** prorrogou o prazo de pagamento do Imposto de Renda para contribuintes de 336 cidades, incluindo Porto Alegre. As parcelas com vencimento em abril, maio e junho passam a vencer em julho, agosto e setembro. A Receita também ampliou o prazo para o pagamento de **tributos** às empresas de médio e grande porte do estado.

A Caixa Econômica Federal liberou o saque do FGTS. E beneficiários do Bolsa Família que moram nos municípios atingidos poderão sacar o valor em 17 de

maio.

Dos cerca de R\$ 1,06 bilhão em emendas parlamentares, R\$ 580 milhões já foram enviados, segundo o governo, e outros R\$ 480 milhões serão liberados após uma alteração necessária na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), afirmou o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou ontem R\$ 200 milhões do orçamento do estado para cinco frentes: Defesa Civil (R\$ 70 milhões), benefício social (R\$ 50 milhões para 20 mil famílias do CadÚnico); saúde (R\$ 10 milhões para hospitais); estradas (R\$ 40 milhões) e aluguel social (R\$ 30 milhões para 75 mil famílias).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara acelera texto que retoma imposto de compras até US\$ 50

VICTORIA ABEL BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência do projeto que prevê a volta do Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 por pessoas físicas, como aquelas feitas em sites como Shein e Shopee. O mérito do texto deve ser votado hoje.

O relator do projeto de lei que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), Átila Lira (PP-PI), incluiu no relatório da proposta o fim da isenção para importações.

Varejistas brasileiros se queixavam da isenção, por considerarem que causava uma concorrência desequilibrada. O relator, ao propor a revogação da medida, fala em "preocupação" com a indústria nacional. A **Receita Federal**, no entanto, defende manter a isenção para compras até US\$ 50, pois foi criado o programa Remessa Conforme.

A isenção também é defendida por deputados do PT, mas parte da base do governo, principalmente parlamentares mais próximos ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliam que a retomada da taxa é necessária não só para igualar os sites estrangeiros ao varejo nacional, mas também como instrumento de arrecadação.

O projeto não especifica qual será o imposto. Antes, era de 60%, alíquota aplicável a compras acima de US\$ 50.0 presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), chegou a defender o trecho da matéria em plenário e negou que fosse um "jabuti" - quando um tema é incluído em proposta de assunto diferente.

- Fica muito claro que tem um jabuti dentro do projeto, por isso não merece a urgência. Precisamos analisar com mais profundidade -disse o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

Lira respondeu ao deputado e pediu para que a transcrição oficial da sessão ignorasse a expressão "jabuti": -Não é jabuti, deputado. Estamos tratando de equiparação de competição da empresa nacional.

O Mover prevê, até 2028, que as empresas do setor automobilístico que produzem no Brasil poderão obter créditos financeiros a serem usados para abater

tributos. Para isso, deverão investir em pesquisa e desenvolvimento ou produção tecnológica no país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Bets": prêmios de até R\$ 2,2 mil serão isentos

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

Os prêmios de apostas esportivas on-line com valor até R\$ 2.259,20 não terão cobrança de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A **Receita Federal** publicou ontem uma portaria que amplia a isenção existente para os jogos tradicionais de loteria para a modalidade de "apostas de cotas fixas", categoria que inclui as bets - apostas esportivas ou não pela internet. O valor representa o limite da primeira faixa de isenção do IR, conforme a tabela de incidência mensal do tributo. A mudança passou a valer ontem, com a publicação da norma.

Os valores que superarem o teto da isenção serão tributados em 15%, e o recolhimento deve ser feito na fonte, ou seja, pela casa de apostas, na hora de pagar os prêmios. Dessa forma, o jogador já vai receber o prêmio com o desconto do imposto, sem necessidade de fazer nenhum repasse à **Receita Federal**. A responsabilidade pela apuração é da plataforma de apostas.

ENTENDIMENTO DE 2008

A regulação do mercado de bets foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro do ano passado, após ser aprovada no Congresso.

O texto da lei estabelecia que os prêmios obtidos com apostas on-line seriam tributados em 15%, mas Lula havia vetado a isenção para os ganhos até o limite da primeira faixa de isenção de IR. Com a portaria, a Receita retoma a isenção e iguala o entendimento já adotado para as loterias tradicionais desde 2008.

Para o setor, a regulamentação do Fisco representa um alívio, pois diminui o impacto da tributação sobre o mercado de apostas.

A norma da Receita também estabelece que a cobrança de imposto deverá ser feita sobre o prêmio líquido, que corresponde à diferença entre o que foi recebido pelo apostador e o valor apostado, apurado para cada aposta. Essa apuração será feita após o encerramento de evento real de temática esportiva ou não, ou para cada sessão de evento virtual de jogo on-line.

Além disso, não serão dedutíveis as perdas com as

apostas. Assim, o valor que o apostador eventualmente perdeu não poderá ser abatido do Imposto de Renda.

As regras estabelecidas valem inclusive para prêmios em dinheiro obtidos em loterias, inclusive as instantâneas, mesmo as de finalidade assistencial, ainda que exploradas diretamente pelo Estado. As apostas esportivas de cota fixa são aquelas em que o apostador sabe exatamente qual é a taxa de retorno no momento da aposta. Com a nova lei, ficam regulamentadas: apostas virtuais, apostas físicas, evento real de temática esportiva, jogo on-line e eventos virtuais de jogos on-line.

A regulação do mercado de bets foi uma das medidas propostas pelo Ministério da Fazenda para acabar com as distorções tributárias e recompor as receitas da União, na tentativa de buscar o equilíbrio das contas públicas.

A lei determina que, além da taxação dos prêmios, as plataformas de apostas sejam tributadas em 12% sobre suas receitas.

As companhias de sites que quiserem se regularizar também precisarão pagar uma outorga de R\$ 30 milhões, que valerá por cinco anos. O governo ainda não abriu, porém, o prazo para o pagamento. Enquanto isso, tem publicado uma série de portarias regulamentando o tema.

CARTÃO DE CRÉDITO

Uma dessas normas, por exemplo, estabelece que o apostador só poderá pagar a aposta por meio de Pix, TED, cartões de débito ou pré-pagos. Será necessário uma conta cadastrada na empresa que realiza o jogo. Não serão aceitos pagamentos por meio de dinheiro em espécie, cartão de crédito, boletos de pagamento, criptoativos etc.

Pelos cálculos do governo, a taxação das apostas pode render R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

As apostas esportivas online são legalizadas no Brasil desde 2018, após o Congresso aprovar uma medida provisória editada pelo então presidente Michel **Temer**. A atividade, no entanto, só foi regulada no ano passado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad diz que se reunirá com Pacheco para "arredondar" questão da desoneração

Estevão Taiar e Julia Lindner

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que se reunirá ainda nesta semana com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para "arredondar de uma vez por todas a questão" da desoneração da folha de pagamento dos 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios. "Estamos animados com a possibilidade de pacificar essa questão nesta semana", disse ontem a jornalistas, na saída do Ministério da Fazenda. "Os setores se sensibilizaram com o fato de que não queremos derrotar ninguém no STF. Queremos buscar um entendimento."

Na semana retrasada, a Advocacia-Geral da União foi ao Supremo Tribunal Federal pedir a inconstitucionalidade da lei que prorrogou a desoneração. O argumento é que ela "estabeleceu tais hipóteses de renúncia de receita sem a devida demonstração do impacto orçamentário e financeiro da medida". O pedido foi atendido pelo ministro Cristiano Zanin, e o caso foi para o plenário virtual. O julgamento foi interrompido por um pedido de vistas do ministro Luiz Fux quando a votação estava 5 a 0 a favor do governo.

Pacheco afirmou que, se o governo tivesse "o mínimo de boa vontade" já teria suspenso o prazo da reoneração da folha de salários para 17 setores da economia e municípios com até 142,6 mil habitantes pelo menos neste mês. A cobrança começa a vigorar a partir do próximo dia 20 com base em decisão do Judiciário, contrariando posição anterior do Congresso. "Eu acho que é fundamental o governo sentar na mesa para negociar com os 17 setores e os municípios. Não pode ser uma negociação capenga que resolva uma parte e não resolva a outra. É um problema macro da desoneração. A nossa posição foi tomada, nós votamos uma lei que foi promulgada [para prorrogar a desoneração]. O governo conseguiu uma decisão no STF e agora deve apresentar uma proposta de mediação nisso" Questionado sobre o prazo do dia 20 ser suspenso temporariamente até ser encontrada uma solução, Pacheco respondeu que "cabe ao governo propor, porque esse é um problema grave que gera insegurança jurídica". "Seria bom o governo se apressar." Ele descartou a possibilidade de o Congresso aprovar uma nova matéria que trate da prorrogação do prazo. "A essa altura, com a

judicialização, fica difícil a gente votar um novo primeiro já imediatamente. Hoje esse é um problema que está nas mãos do governo para resolver." Sobre a possibilidade de a **Receita Federal** suspender o prazo do dia 20

deste mês, o presidente do Senado fez uma provocação ao governo: "Um mínimo de boa vontade do governo já teria resolvido o problema imediato desse mês, fazendo uma orientação a esse respeito. Juridicamente é plenamente possível", afirmou. Pacheco reforçou, mais uma vez, que "está nas mãos do governo" resolver o impasse.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Nele, esses segmentos podem substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre salários por alíquota que varia de 1% a 4,5% incidente sobre a receita bruta. Os setores atingidos pelo programa empregam cerca de 9 milhões de pessoas. Em 2023, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027 e estabeleceu que municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. A decisão, no entanto, foi vetada pelo presidente Lula. Mais tarde, o veto foi derrubado pelo Congresso. Como resposta, o Executivo enviou a MP1202 prevendo novamente o fim dos dois tipos de desoneração.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1>

Reforma limita questionamentos a compensação por crédito de ICMS

Raphael Di Cunto, Beatriz Olivon e Marcelo Ribeiro

O projeto de regulamentação da **reforma tributária** limita a discussão administrativa sobre o ressarcimento das empresas pelo fim dos incentivos estaduais de ICMS com a migração para o novo sistema até 2032 - um montante estimado em pelo menos R\$ 160 bilhões. O texto do governo diz que caberá apenas recurso à própria **Receita Federal** contra as decisões e que o questionamento não poderá chegar ao **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** - órgão paritário, composto também por representantes do contribuinte.

Consultora técnica da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a advogada Tatiana Migiyama afirmou que isso causará insegurança para as empresas porque os créditos não poderão ser discutidos num órgão "que é imparcial e preza pelo controle da legalidade". "Só vou poder apresentar um recurso hierárquico ao delegado da **Receita Federal**, órgão que foi quem me negou o crédito. Então provavelmente vou ter negativa desse recurso também", disse.

"Há inúmeras decisões da Receita revertidas no **Carf** depois." Com a limitação, quem discordar da decisão da Receita ou do Comitê Gestor do IBS sobre o valor a ser compensado pela redução de seus benefícios de ICMS, terá que recorrer ao Judiciário.

Isso é mais caro, pois exige o pagamento de custas processuais, e a necessidade de depósito em juízo ou apresentação de garantias para ingressar com a ação.

Para a advogada Cristiane Silva Costa, ex-vice-presidente do **Carf**, "preocupa" que a discussão sobre o contencioso relacionado ao reconhecimento desses créditos esteja restrito à **Receita Federal**.

Ela destaca que, neste caso, não há previsão de sustentação oral, composição colegiada paritária e julgamento público, que podem assegurar efetivamente o contraditório e ampla defesa.

O advogado Marcelo Alcades destacou que, como o ICMS vai acabar, a emenda constitucional da reforma determinou a criação de um mecanismo para ressarcir os contribuintes durante o prazo de transição, com a compensação do montante que deixarão de ser

beneficiados. Ainda segundo o advogado, seria melhor se os imbróglios em torno desse crédito fossem julgados por especialistas no **Carf**, mas não são todas as compensações tributárias que serão afetadas. O governo se comprometeu a pagar pelos menos R\$ 160 bilhões para os contribuintes, como forma de compensá-los pela redução gradual dos benefícios tributários que estavam contratados por eles junto aos Estados.

Se o valor for maior do que esse montante, a União terá que elevar o repasse. Mas, se for menor, a diferença será repassada para o fundo de desenvolvimento regional, com o objetivo de estimular investimentos estaduais.

Outra questão que ficará restrita a decisão da Receita é a suspensão do pagamento do IBS e da CBS no fornecimento de materiais para exportação. Se houver negativa, não será possível ao contribuinte recorrer ao **Carf**, apenas ao Judiciário.

Além disso, Tatiana Migiyama critica o artigo que prevê o encaminhamento para representação criminal pelo Ministério Público Federal após dez dias da lavratura do ato de infração, sem a possibilidade de discussão no **Carf**. A Abrasca, que representa as grandes companhias de capital aberto, tentará convencer os parlamentares a alterar o projeto para ampliar os recursos administrativos.

Procurada, a Secretaria Extraordinária do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária** não se manifestou até o fechamento desta edição.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1>

Impasse com o PT adia votação sobre taxação de importação até US\$ 50

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O PT e o governo Lula (PT) bateram cabeça nesta terça-feira (7), posicionaram-se de forma diferente em relação ao fim da isenção de US\$ 50 para importações via remessas internacionais e levaram ao adiamento do projeto de lei que cria o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), nova política automotiva brasileira - texto onde os deputados incluíram a extinção do benefício.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PTCE), afirmou na reunião com os demais líderes dos partidos que apoiava a proposta de extinção do benefício tributário, incluída pelo deputado Átila Lira (PP-PI) no relatório do Mover, mas a bancada do PT decidiu se posicionar contra a extinção após reunião na tarde de ontem.

Líder do PT na Câmara, o deputado Odair Cunha (MG) disse ao Valor que o governo já organizou as vendas via marketplaces internacionais com o programa Remessa Conforme, que permitiu taxar os pacotes em 17% de ICMS, e que a maioria desses produtos é destinado a pessoas de baixa renda, das classes C, D e E.

"O governo já fez as medidas necessárias.

Se for para discutir a tributação sobre as importações, o correto é debater num projeto à parte, específico sobre isso." A posição segue manifestação da **Receita Federal**, que defendeu em relatório publicado na segunda-feira um prazo maior para decisão. Pelo proposta em discussão na Câmara, o Imposto de Importação sairia de 0% para 60% - o que, somado ao ICMS, resultaria numa cobrança de 92%, segundo as empresas do setor.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, se reuniu com Átila Lira na segunda-feira e propôs encontrar um "meio-termo", mas não enviou nenhuma alternativa para o relator. Apesar disso, Guimarães defendeu a aprovação do parecer em reunião com os partidos, o relator e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) - que é o principal articulador do fim da isenção.

"O Zé Guimarães fechou ques- O deputado Átila Lira, relator do Mover: "[O fim da isenção] não vai sair do

parecer. Ou vota tudo ou não vota nada" tão a favor do texto, pelo governo, mas o PT disse à noite que vai votar contra. Desse jeito, os outros partidos não querem votar.

O maior beneficiado será o governo, com aumento da arrecadação.

E o desgaste ficará com os outros partidos da base?", questionou Átila Lira. "A cobrança é uma medida justa com a indústria brasileira, que já paga seus **impostos**", afirmou o relator.

No meio disso, o PL, partido de oposição, entrou com emenda para propor que duas encomendas de até US\$ 50 por ano estariam isentas e que o imposto só incidiria sobre as demais compras.

O assunto também ganhou força nas redes sociais dos bolsonaristas, que acusaram o governo Lula de tentar taxar as compras da baixa renda. Uma medida adotada pelo Ministério da Fazenda nesse mesmo sentido, no ano passado, levou a forte reação contra Lula nas redes sociais, o que fez o petista recuar da ideia.

A isenção é defendida pelos marketplaces internacionais, como Shopee e Alibaba. Vice-presidente Global da Shein, Marcelo Claire afirmou ao Valor que a empresa fará investimentos milionários no país e que 55% das vendas atualmente já são de operações locais, mas que o "cross border" (venda entre países) também é fundamental. "Sempre fomos muito claros de que tem que ser um negócio misto", disse. "Estamos negativamente surpresos porque se você vai trocar as regras do jogo, precisa trocar de maneira aberta, com conversa, e não tentar matar o De Minimis [nome da isenção] numa lei sobre o Mover", protestou.

Claire evitou se posicionar sobre o que acontecerá com as operações da Shein no Brasil se a taxação for aprovada e disse esperar que o Senado e o presidente a rejeitem, caso passe pela Câmara.

"Não acredito que um governo como o do presidente Lula, um governo popular, vá adotar uma medida tão radical contra a população de baixa renda", disse.

Por outro lado, a indústria e varejo nacional protestam

contra a isenção. As confederações nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso e acusam o benefício de provocar "distorção no mercado e concorrência desleal".

O impasse causou preocupação na indústria automobilística.

O Mover, com as regras e benefícios tributários do setor, está em vigor até 31 de maio por meio de uma medida provisória (MP).

Mas ela perde a validade a partir de junho e, para continuar funcionando, é preciso que o projeto de lei tenha sido aprovado pela Câmara e Senado e sancionado.

Lira, porém, disse aos parlamentares que não votará o projeto se o PT não mudar de posição e apoiar o fim da isenção nas importações.

"Não vai sair do parecer.

Ou vota tudo ou não vota nada", disse o relator, Átila Lira. (Colaborou Jéssica Sant'Ana)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

União aposta em acordos para tentar resolver disputas bilionárias de PIS/Cofins

Beatriz Olivon De Brasília

Previstos para serem extintos pela **reforma tributária**, o PIS e a Cofins são objeto hoje de pelo menos 300 discussões tributárias acompanhadas de perto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com impacto gigantesco para a União. Em apenas 13 delas, a previsão se aproxima de R\$ 1 trilhão, segundo o órgão.

É consenso no meio público e privado que a legislação das contribuições sociais, que já tem 20 anos, não funciona bem. O foco da PGFN agora e durante a transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será tentar resolver essas pendências, investindo principalmente em acordos com os contribuintes - as chamadas transações tributárias.

A procuradoria prevê a abertura de editais sobre uma das principais discussões: a que trata sobre o conceito de insumo para créditos de PIS e Cofins. Nem depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidir a questão ficou claro quem tem direito a créditos, em quais situações, e os litígios prosseguiram.

Ainda existem 5.240 processos sobre o tema em tramitação no Judiciário. Empresas e **Receita Federal** discutem sobre a possibilidade de gastos com produtos de limpeza e publicidade, por exemplo, gerarem créditos.

A transação é considerada uma alternativa, segundo Lana Borges, procuradora-geral adjunta de Representação Judicial, tendo em vista que, pelo texto da **reforma tributária**, durante um tempo será necessário lidar com duas correntes de discussão judicial - os **tributos** antigos e os novos.

O texto da lei complementar para regulamentar a **reforma tributária**, enviado pelo governo ao Congresso Nacional, prevê que os créditos de PIS e Cofins ainda poderão ser usados durante um período de transição.

"São muitos processos e poucos procuradores. Para nós, quanto mais resolvermos e reduzirmos a litigiosidade, melhor", afirma.

A procuradora lembra que não há previsão de quando

todas essas disputas tributárias serão julgadas.

A de maior valor para a União no anexo de riscos fiscais do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 está no Supremo Tribunal Federal (STF). Trata da exigência de lei complementar para a cobrança de PIS e Cofins sobre importação. O impacto é estimado em R\$ 325 bilhões.

Também estão na lista a inclusão do PIS e da Cofins nas suas próprias bases de cálculo, que tem impacto estimado em R\$ 65,7 bilhões, e a inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins, com impacto estimado em R\$ 35,4 bilhões.

Discussões sobre PIS e Cofins são candidatas a serem objeto de transações do contencioso pela forte litigiosidade e porque nem sempre as decisões do Judiciário foram terminativas - como no caso dos insumos.

"Hoje temos foco na transação com relação a essas discussões", afirma a procuradora, acrescentando que a **reforma tributária** acaba sendo mais um estímulo, já que esses **tributos** serão substituídos pela CBS.

A procuradora lembra, contudo, que a transação precisa ter vantagem dupla - para a Fazenda e para o contribuinte. Por isso, afirma, não seriam incluídas teses em que a Fazenda saiu vitoriosa, apenas as que ainda estão em aberto.

Hoje, os principais pontos em discussão sobre PIS e Cofins são a não cumulatividade e a base de cálculo, segundo Larissa Longo, pesquisadora do Núcleo de Tributação do Insper. Para ela, o projeto de **reforma tributária** do consumo resolve essas questões. Então, diz, a tendência é haver, efetivamente, uma redução do contencioso.

O impacto do contencioso para empresas é o estoque de capital improdutivo, de acordo com a pesquisadora. "Elas pegam recursos que podiam empregar na geração de capital produtivo e direcionam para contratar assessoria jurídica, contábil", afirma. Para a União, por sua vez, acrescenta, o risco é não saber quanto vai conseguir arrecadar, já que nem todos os contribuintes pagarão os **tributos** como previsto. "É imprevisibilidade para todo mundo." Ainda segundo a pesquisadora, as disputas sobre PIS e Cofins são um

terço das listadas no anexo de riscos fiscais . Os **tributos** ocupam o segundo lugar entre os discutidos no Judiciário, de acordo com pesquisas do Núcleo de Tributação do Insper. Ficam atrás apenas da contribuição previdenciária - que tem muitas discussões de casos concretos.

"O PIS e a Cofins começaram errado", afirma ela, destacando que o regime de não cumulatividade foi sendo desenvolvido junto com a jurisprudência. "Então, o PIS a Cofins se tornaram uma espécie de puxadinho." Em 2019, diz Larissa Longo, o estoque do contencioso da Cofins correspondia a 314,3% da arrecadação do tributo daquele ano. O dado consta no relatório Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, elaborado pelo Insper em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda segundo dados do relatório, a Cofins foi o tributo federal que mais demandou consultas fiscais - o que mostra muitas dúvidas dos contribuintes para interpretação da legislação.

Alessandro Mendes Cardoso, do escritório Rolim Advogados, lembra que os problemas com os PIS e a Cofins começaram cedo e tiveram como pontos altos as discussões sobre não cumulatividade e a composição da base de cálculo - já se discutiu e ainda se discute se outros **tributos** e as próprias contribuições sociais entram no cálculo do PIS e da Cofins.

Em tese, afirma o advogado, a base de cálculo mais ampla da CBS deve evitar vários questionamentos sobre o conceito de insumo e, além disso, existe a previsão expressa de que a base de cálculo não incluirá outros **tributos**. "Com o creditamento amplo e a base de cálculo, dois problemas serão minimizados [em relação ao PIS e à Cofins]", diz.

Para Felipe Salto, economista-chefe e sócio da Warren Investimentos, o PIS e a Cofins vão sumir com a reforma, mas o passivo seguirá vivo e o contencioso pode aumentar ainda mais com os novos **tributos**. Ainda segundo ele, para as empresas poderá ser necessário contratar mais advogados tributaristas, aumentando mais custos de compliance e de provisão para lidar com os potenciais passivos.

"Os problemas com o PIS e a Cofins começaram cedo" Alessandro Cardoso

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864>

Parlamentares poderão redirecionar emendas para socorrer o Estado

MATHEUSSCHUCH *matheus.schuch@rdgaucha.com.br*

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou ontem que o governo vai permitir que deputados e senadores do Rio Grande do Sul remanejem emendas que já haviam sido indicadas para o enfrentamento aos prejuízos causados pela chuva.

Até agora, segundo Padilha, já houve acordo para que em torno de R\$ 1 bilhão em emendas de parlamentares gaúchos sejam redirecionados. Deste montante, R\$ 542 milhões já estão disponíveis. Outros R\$ 480 milhões que seriam pagos até 2026 devem ser antecipados.

Para isso, o Congresso ainda terá de aprovar mudança na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o que deve ocorrer amanhã, já que se trata de emendas individuais de transferência especial, que são enviadas diretamente para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Além disso, após pedidos de parlamentares de outras regiões para redirecionarem suas indicações, será aberto prazo a partir da semana que vem para que eles priorizem ações no RS.

Decreto

O projeto de decreto que reconhece o estado de calamidade no Rio Grande do Sul, assinado na segunda-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi aprovado no mesmo dia pela Câmara dos Deputados e ontem recebeu o aval do Senado. Com isso, os limites e prazos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal poderão ser suspensos, facilitando e acelerando o repasse de recursos federais para o Estado.

O dinheiro usado nessa finalidade também não estará sujeito à limitação de empenho. A medida permite ainda ao Estado e municípios ampliarem operações de crédito e o recebimento de transferências voluntárias.

O governo federal aguarda um levantamento preliminar de prejuízos para abrir crédito extraordinário para reconstrução. Uma série de outras medidas para socorrer o Estado já foram anunciadas (veja ao lado).

O que mais já foi anunciado

SAQUE DO FGTS

Ainda na semana passada, a Caixa Econômica Federal liberou a retirada do saldo do Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço (FGTS) para moradores de municípios que tiverem decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente reconhecidos por portaria do governo federal. O dinheiro poderá ser retirado por meio do aplicativo FGTS. Cada prefeitura passará à Caixa a declaração das áreas afetadas pelo evento climático. O Ministério do Trabalho informou que também prepara portaria para flexibilizar a liberação do seguro-desemprego e do abono salarial.

ANTECIPAÇÃO DO BOLSAFAMÍLIA

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) informou que irá antecipar e facilitar o saque do Bolsa Família aos beneficiários em cidades afetadas. Em razão da calamidade, o pagamento será unificado.

Com isso, os beneficiários receberão no primeiro dia de pagamento previsto no calendário, independentemente do final do NIS. Neste mês, o primeiro dia de pagamento é 17.0 ministério ainda ampliou o prazo para as famílias que precisam atualizar o cadastro.

ANTECIPAÇÃO DA APOSENTADORIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) anunciou que vai antecipar o pagamento dos benefícios previdenciários de junho para maio, inclusive os de prestação continuada, para quem reside nos municípios atingidos.

Com isso, os pagamentos que seriam em 24 de junho vão ocorrer com os de maio. O calendário

de pagamentos vai de 24 de maio a 7 de junho.

FINANCIAMENTO HABITACIONAL

A Caixa também anunciou que o pagamento de

contratos de financiamento habitacional nas regiões atingidas podem ser suspensos por três meses. O cliente precisa fazer a solicitação junto ao banco para ter direito. Também

é possível incorporar prestações no saldo devedor dos clientes inadimplentes.

DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Os moradores dos municípios afetados também ganharão mais três meses para entregar a declaração do Imposto de Renda. Uma portaria da **Receita Federal** adiou, de 31 de maio para 31 de agosto, o prazo de entrega nas localidades atingidas.

BANCOSSUSPENDEM COBRANÇAS

Os maiores bancos do país (Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) anunciaram medidas voltadas aos atingidos pelas enchentes, como pausa no pagamento e renegociação de dívidas.

ADIAMENTO DE **TRIBUTOS** FEDERAIS

O pagamento dos demais **tributos** federais, incluindo parcelamentos, e o cumprimento de obrigações acessórias, de pessoas físicas e de empresas de médio e grande porte, também foi adiado. Os **tributos** de abril, maio e junho foram adiados para julho, agosto e setembro.

R ECO NSTRUÇÃO DE CASAS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que está em estudo a criação de linhas de crédito voltadas a reconstrução de casas e aquisição de artigos da linha branca e material de construção.

DÍVIDA DO ESTADO

Haddad também confirmou que o governo estuda suspender o pagamento das parcelas da dívida do Rio Grande do Sul com a União, o que pode liberar cerca de

RS 3,5 bilhões no caixa do Estado.

Leite anuncia liberação de R\$ 200 mi

PAULO EGÍDIO

paulo.egidio@zerohora.com.br

O governador Eduardo Leite anunciou ontem a liberação emergencial de R\$ 200 milhões para enfrentar os efeitos da catástrofe climática. Em

coletiva de imprensa, Leite também prometeu reforço na segurança pública para conter os casos de criminalidade em meio à tragédia.

Do montante anunciado, R\$ 110 milhões serão direcionados às prefeituras, sendo R\$ 70 milhões para os fundos municipais de defesa civil e outros R\$ 40 milhões na contratação de horas-máquina. A verba encaminhada aos fundos poderá ser aplicada pelos prefeitos imediatamente, sem a apresentação de planos de trabalho.

- Não dá para ficar exigindo plano de trabalho, projetos e burocracia agora. Tem de colocar o recurso na ponta logo para poder fazer com que os municípios tenham capacidade de resposta -argumentou Leite.

Para famílias vulneráveis, foi liberado o pagamento de R\$ 50 milhões no programa Volta Por Cima, que paga parcela única de R\$ 2,5 mil para atingidos por desastres. O valor é suficiente para atender 20 mil famílias.

O Palácio Piratini ainda comunicou o aporte de R\$ 30 milhões para o pagamento de aluguel social a 75 mil famílias desabrigadas e R\$ 10 milhões para hospitais que perderam equipamentos e materiais e recebem atingidos pelas cheias.

O governador prometeu endurecer o combate à criminalidade nas regiões afetadas. Além do apoio da Força Nacional (leia na página 19), serão chamados policiais da reserva.

O governo já havia convocado todos os policiais em férias e liberado o pagamento de horas extras. Nos últimos dias, aumentaram relatos de saques em áreas atingidas e assaltos a embarcações que atuam em resgates.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acessivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA Receita prorroga entrega

Foi publicada, em edição extra do Diário Oficial, portaria define a prorrogação dos prazos para pagamento de **tributos** federais, incluindo parcelamentos, e o cumprimento de obrigações acessórias para os contribuintes domiciliados nos 336 municípios do Rio Grande do Sul afetados por chuvas intensas desde 24 de abril. Os **tributos** federais com vencimento em abril, maio e junho de 2024 serão prorrogados para o último dia útil dos meses de julho, agosto e setembro.

O prazo final para entrega da Declaração do Imposto de Renda será 31 de agosto de 2024. Além disso, os prazos para a prática de atos processuais no âmbito da **Receita Federal do Brasil**, em relação a processos administrativos de interesse de contribuintes domiciliados nos municípios atingidos, ficarão suspensos até 31 de maio de 2024.

A Advocacia-Geral da União também informou que irá suspender por até 90 dias a cobrança de parcelamentos de contribuintes do RS que renegociaram dívidas tributárias com a União, além de suspender o início de procedimentos de exclusão das negociações por inadimplência de parcelas.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

BNDES quer rever parte da Reforma da Previdência

ELIANE OLIVEIRA eliane@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Com o apoio do Ministério do Trabalho, o BNDES quer que o governo federal envie uma proposta de emenda à Constituição (PEC) ao Congresso Nacional, impedindo que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam usados para cobrir despesas com a Previdência. Essa foi uma das principais mudanças aprovadas na Reforma da Previdência de 2019.

O objetivo é evitar uma queda dos recursos disponíveis para empréstimo pelo banco. O banco de fomento argumenta que, se nada for feito, os recursos do FAT começarão a cair a partir de 2026, o que tornará mais caras as operações de financiamento de longo prazo de projetos bancados pelo BNDES.

Outra saída apontada pelo banco seria o Tesouro Nacional fazer aportes em valores semelhantes aos das retiradas, o que não vem acontecendo. No ano passado, por exemplo, foram sacados do FAT, para a Previdência, R\$ 20,1 bilhões, mas o aporte do Tesouro foi de cerca de R\$ 7,4 bilhões, deixando um resultado negativo de R\$ 12,6 bilhões.

Até a mudança feita na Reforma da Previdência, os recursos do FAT eram usados para o abono salarial, o se-guro-desemprego e pelo BNDES. A reforma criou a possibilidade de transferir recursos do fundo para a Previdência, o que reduziu os repasses ao BNDES. A principal fonte de recursos do FAT são as contribuições ao PIS/Pasep.

- O BNDES e o Ministério do Trabalho querem que o FAT não seja usado para pagar despesas da Previdência. Isso não resolve o problema da Previdência e cria outro problema, que vai comprometer a principal fonte de financiamento de longo prazo do mundo - afirmou o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, que foi ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff.

MINISTRO TEM POSIÇÃO IGUAL

Barbosa enfatizou que as retiradas podem resultar em um nível mínimo de liquidez. Embora a estimativa é que os problemas comecem em 2026, essa percepção

já causa incertezas. Por isso, o BNDES defende que a mudança seja feita logo.

- Precisamos que a mudança seja revertida. Queremos retirar os saques para a Previdência do rol de despesas que podem ser financiadas pelo FAT - ressaltou.

Antes de solicitar uma PEC só para isso, o BNDES havia sugerido incluir o tema na mudança constitucional feita pela **Reforma Tributária**. O Ministério da Fazenda, porém, preferiu não seguir esse caminho, por **temer** que pudesse atrapalhar a tramitação do texto no Congresso.

-Agora, pleiteamos fazer uma PEC e, enquanto isso, que se coloque na execução orçamentária de cada ano que o que for retirado para a Previdência será reposto integralmente ao FAT - afirmou Barbosa.

Ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também defendeu que os recursos do FAT deixem de serem utilizados para financiar a Previdência.

- É necessário pensarmos nesse processo. Estamos enfraquecendo nossos fundos públicos de investimento - disse o ministro, durante evento promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Alexandre Schwartzman, economista e ex-diretor do Banco Central, tem um olhar crítico e, ao mesmo tempo, cético em relação à medida defendida pelo BNDES e o ministro do Trabalho. Essa mudança, em sua opinião, aumentará o déficit das contas públicas.

- Podem até fazer isso, mas significa aumentar déficit primário para o BNDES prover crédito subsidiado. Se houver menos receita para o **INSS**, o resultado primário será mais baixo. A dívida cresce mais rápido - afirmou Schwartzman.

"ERRO COMETIDO EM 2019"

Para Carla Beni, economista e professora de política fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a mudança na Reforma da Previdência foi um erro e precisa ser revertida. Segundo ela, parte dos recursos do FAT vai para o BNDES, a fim de financiar programas que têm,

entre seus resultados, a geração de empregos.

- O BNDES tem toda uma estrutura de desenvolvimento voltada à geração de empregos. Quanto menor for o repasse para esses programas, menor o número de postos de trabalho. É importante que se reverta o erro cometido em 2019 - afirmou a economista.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula critica discussão sobre déficit zero

ALICE CRAVO E RENAN MONTEIRO BRASÍLIA

Atividade Agropecuária (Proagro).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que fica "irritado" com as discussões sobre o déficit fiscal nas contas públicas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

-Eu às vezes fico um pouco irritado com esse negócio de déficit fiscal, se vai ser zero, se não vai ser zero. Essa é uma discussão que nenhum país do mundo faz - disse Lula, durante um programa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O mercado financeiro, de acordo com o Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, projeta um déficit primário nas contas públicas (saldo negativo entre receitas e despesas, sem considerar o pagamento de juros) de 0,67% do **PIB** este ano. Para 2025, quando o governo prometeu déficit zero (contra um superávit de 0,5% do **PIB** anteriormente), a estimativa é de um saldo negativo de 0,68% do **PIB**.

Por ora, a previsão oficial do governo para este ano é de um déficit de R\$ 9,3 bilhões, o equivalente a 0,1% do PIB.

- Ninguém me fala em responsabilidade, porque essa eu tenho demais -disse Lula. - Eu não vou gastar, nunca, mais do que eu preciso gastar. Mas se eu tiver que gastar para construir um ativo novo, eu estou fazendo que nem o empresário que tem um mercado promissor.

O presidente ainda sugeriu que o mercado financeiro olhasse para o "déficit social" do país.

Em 2023, o déficit primário (sem contar pagamento de juros) foi de R\$ 230,535 bilhões, valor equivalente a 2,12% do **PIB**. Esse saldo foi puxado pelo pagamento de R\$ 92,4 bilhões em precatórios, dívida herdada do governo anterior.

O governo Lula decidiu buscar o equilíbrio fiscal aumentando as receitas federais e reduzindo o chamado "gasto tributário", que são renúncias fiscais e redução da base de cálculos para aplicação de **impostos**. Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que esse esforço era "limitado".

Por ora, a equipe econômica estima uma economia potencial de R\$ 37,3 bilhões com revisões na concessão de benefícios do **INSS** e com um aperto na elegibilidade para o Programa de Garantia da

BNDES insiste que governo mude regra de uso do FAT na Previdência

Paula Martini (Colaborou Guilherme Pimenta, de Brasília)

Em uma nova ofensiva contra o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para cobrir despesas com a **Previdência Social**, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) defende que o Executivo envie ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar um trecho da reforma da Previdência.

O diretor de Planejamento do BNDES e ex-ministro da Fazenda no governo de Dilma Rousseff, Nelson Barbosa, afirmou ao Valor nesta terça-feira (7) que a proposta tem apoio do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

A informação foi antecipada pelo Jornal "O Globo".

O trecho da reforma em questão autoriza a utilização do FAT para custear gastos com a **Previdência Social**, o que vem sendo duramente criticado pela atual diretoria do BNDES. A administração afirma que a configuração reduziu repasses para o banco e pode prejudicar os recursos disponíveis para empréstimos.

"É só ir lá no que o Guedes [Paulo Guedes, ex-ministro da Economia] fez e desfazer. É tirar as despesas previdenciárias das despesas que o FAT pode financiar e voltar à redação original." O FAT é a principal fonte de recursos do banco de desenvolvimento.

O fundo é composto pelas contribuições para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Até 2019, quando a reforma foi aprovada, o fundo era utilizado para abono salarial e seguro-desemprego, além de abastecer a instituição financeira.

Ao ser a principal fonte de recursos do BNDES, o FAT é importante para o banco, sobretudo se houver um aumento futuro de demanda por financiamentos em uma conjuntura de crescimento econômico. Especialistas dizem, porém, que um eventual crescimento do banco tem que ocorrer a taxas de mercado, sem subsídios nos empréstimos, como ocorreu em outras gestões do PT.

O BNDES havia sugerido reverter a legislação na **reforma tributária**.

O ministério da Fazenda não seguiu esse caminho para não atrapalhar a tramitação do texto no Congresso, explicou o ex-ministro. "Não foi possível fazer a alteração na emenda constitucional da **reforma tributária**, então a gente tem colocado que isso seja incluído nas sugestões de governo quando houver uma próxima PEC", afirmou.

Uma alternativa apresentada pelo BNDES é que o Tesouro Nacional "devolva" valores semelhantes ao que vem retirando do FAT para custear a Previdência.

Em 2023, R\$ 20,1 bilhões foram sacados do FAT para a Previdência, enquanto o aporte do Tesouro no fundo foi de cerca de R\$ 7,4 bilhões. "O que a gente tem sugerido ao Tesouro é que seja previsto na lei orçamentária anual que o que for retirado para a Previdência seja repostado na mesma ordem via aporte extraordinário do Tesouro. Tirou R\$ 20 bilhões, repõe R\$ 20 bilhões", disse.

O diretor afirmou ainda que a solução não impacta o resultado primário e atende à "regra de ouro".

O mecanismo previsto na Constituição proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários e benefícios de aposentadoria. O ministério da **Previdência Social** foi procurado pelo Valor, mas não se pronunciou até a conclusão desta edição.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1>

Aposentada processa INSS por desconto e ganha 5 mil

Gustavo Andrade

Uma das vítimas da chamada "farra dos descontos indevidos" entrou na Justiça contra o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e contra a associação que estava recebendo os valores debitados incorretamente e ganhou R\$ 5 mil por danos morais.

A aposentada Kátia Aparecida Ferreira, de 57 anos, contou que entrou na Justiça após ter descoberto por acaso os descontos no seu benefício, no ano passado. O caso foi julgado no Juizado Especial Cível, na Vara Federal da Serra, e não cabe recurso.

"Não tenho muito costume de tirar o extrato e, quando o tirei, vi que havia esse desconto. Achei que era até normal esse valor. Jamais desconfiaria, mas o advogado que descobriu e entrei na Justiça. Nós já não ganhamos muito e, sem sabermos, fazem esses descontos", desabafou a aposentada.

O advogado citado por ela é o especialista em Direito do Consumidor Sérgio Nielsen. Ele explicou que tem várias condenações por danos morais e devolução em dobro dos valores descontados.

"Tem de buscar a Justiça mesmo, entrar com a ação para pedir de volta o dinheiro e para pedir de fato uma indenização por danos morais, porque esses descontos afetam um benefício que tem natureza alimentar. Tira da comida e do remédio do aposentado, em prol de instituições que eles nem sonham que estão sendo descontados".

Da mesma forma que Kátia, muitos aposentados e pensionistas estão nessa mesma situação de nem saberem dos descontos.

O esquema viria ocorrendo desde janeiro do ano passado e, segundo estimativas do coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Espírito Santo (IBDP-ES), Valber Cereza, no Estado, cerca de 100 mil têm valores descontados por essas associações.

Especialistas orientam juntar provas e entrar com ações na Justiça para tentar receber até o dobro do valor descontado das aposentadorias. Cereza destacou que o aposentado que descobrir desconto indevido poderá buscar orientação jurídica para ajuizar

ação de repetição do indébito. "Ele pode obter em dobro o que foi descontado indevidamente, acrescido o dano moral." **ORIENTAÇÃO** A orientação para os aposentados é de criar o costume de olhar o histórico de créditos, que é o contracheque, e não só o extrato. O **INSS** informou que vem tomando medidas como alteração das regras para regulamentar os descontos de mensalidade associativa nos benefícios.

SAIBA MAIS

O suposto esquema FATURAMENTO ASSOCIAÇÕES sem fins lucrativos são acusadas de aplicarem descontos indevidos em aposentados faturando mais de R\$ 2 bilhões desde janeiro de 2023. No Estado, cerca de 100 mil tem descontos indevidos.

AÇÕES NA JUSTIÇA NO PAÍS. há pelo menos 62 mil ações judiciais ajuizadas contra essas entidades.

SOMADAS, as associações chegam a ganhar mais de R\$ 30 milhões por mês com contribuições descontadas diretamente da folha de pagamento dos aposentados.

Qual a orientação para não ser uma vítima?

A **PRIMEIRA** orientação é ficar sempre de olho no valor que recebe do benefício e no Meu **INSS**.

SE PERCEBER que está recebendo menos do que deveria e que no extrato de pagamento do benefício consta a informação de desconto de mensalidade para associação ou empréstimo que não reconhece, o cliente deve buscar auxílio de um advogado para cessar os descontos, como orienta Kamilla Ramiro, advogada especialista em Direito Previdenciário.

Como agir em caso de descontos indevidos?

AS VÍTIMAS têm direito a entrar na Justiça e pleitear o recebimento em dobro do valor descontado indevidamente, conforme o Código de Defesa do Consumidor. Há várias condenações nesse sentido no Brasil.

MAS, PARA ISSO. juristas aconselham a vítima a registrar um boletim de ocorrência: fazer denúncias nas entidades de defesa ao consumidor e buscar acesso ao contrato e checar se a assinatura foi

falsificada.

É possível cancelar o desconto?

O **INSS** explica que o beneficiário que não reconhecer o desconto da mensalidade associativa em seu benefício pode requerer o serviço "excluir mensalidade associativa" pelo aplicativo ou site **Meu INSS** ou pela Central 135. É possível ainda registrar uma reclamação na Ouvidoria do **INSS**, também na Central 135 ou pelo site ou aplicativo **Meu INSS**.

PARA ISSO, é necessário que o inter essa do entre no **Meu INSS** (site gov.br/meuinss ou aplicativo para celular); faça login com CPF e senha do Gov.br; clique no botão "novo pedido"; digite "excluir mensalidade"; clique no nome do serviço/benefício; leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções.

Os valores serão corrigidos por determinação da Justiça?

SEGUNDO o Código do Consumidor, como explica a advogada Kamilla Ramiro, aquele que é cobrado e paga indevidamente um valor pode ter direito a receber a quantia que pagou em dobro atualizado monetariamente.

OU SEJA, caso o aposentado ou pensionista perceba que está sendo cobrado por essa mensalidade da associação há vários meses, o ideal é fazer o requerimento no **Meu INSS** de "Excluir Mensalidade de Associação ou Sindicato no Benefício" e após, entrar com ação na Justiça pedindo a devolução do valor pago em dobro.

Reunião extraordinária hoje para cobrar o **INSS**

A Procuradoria-Geral da República (PGR), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Defensoria Pública da União (DPU) convocaram uma reunião extraordinária para hoje para cobrar explicações do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) sobre a "farra dos descontos indevidos".

O assunto entrou no topo da lista de preocupações dos órgãos que participam do grupo de trabalho interinstitucional da PGR sobre temas relacionados à **Previdência Social** Isso aconteceu após diversas repercussões com a explosão do número de filiados a associações que firmaram acordos de cooperação com o **INSS** para efetuar descontos em troca de supostos benefícios, e do faturamento mensal dessas entidades.

A CGU abriu uma investigação e o Ministério Público Federal (MPF) moveu uma ação civil pública na qual pede a suspensão de todos os acordos feitos por

essas entidades com o **INSS** e a condenação do órgão para indenizar aposentados que sofreram descontos indevidos.

ANÁLISE

Maria Regina Couto Uliana, coordenadora-adjunta do IBDP-ES

"Negligência que penaliza o segurado"

"O **INSS** deveria ter ciência do beneficiário para autorizar o desconto, mas a experiência tem nos mostrado que não há controle algum por parte da autarquia, na medida em que se verifica um grande número de descontos indevidos nos benefícios.

Essa negligência e falta de controle do órgão tem penalizado muito os segurados. Ao descobrir o desconto, o segurado pode bloquear novos descontos no seu benefício no aplicativo, pelo 135 ou em uma agência da **Previdência Social**.

Importante que o segurado verifique se a instituição de classe que o representa é aquela que está efetuando o desconto. Muitas vezes, acredita que estão fazendo contribuição para o seu sindicato e o valor está indo para outra instituição sem nenhuma relação com o segurado".

Fila para perícia do INSS cai 37% com atestados à distância

O uso do Atestmed - sistema que permite o envio de laudos e atestados médicos por meio do Meu **INSS**, para análise à distância, sem a necessidade de comparecimento a uma agência da **Previdência Social** - reduziu em 37% a fila de espera por perícia médica para a concessão de benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença). De acordo com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), isso equivale a 400 mil pessoas a menos na fila de espera pelo exame presencial.

Enquanto em abril do ano passado, 1.178.123 cidadãos aguardavam na fila da perícia.

No mês passado, o número havia caído para 743.433.

Segundo o **INSS**, o total de requerimentos de benefícios por incapacidade temporária feitos por meio do Atestmed passou de 1,3 milhão de pedidos ao longo de todo o ano passado para quase em 600 mil somente no primeiro trimestre de 2024.

Considerando apenas o período de janeiro a março deste ano, informa o **INSS**, 44,3% das concessões de benefícios previdenciários por incapacidade temporária foram feitas apenas por meio de análise documental.

Caso o médico que analisa a documentação enviada à distância considerar que ainda assim o segurado precisa passar por perícia médica, ele pode indicar a realização do exame presencial. Neste caso, a pessoa é comunicada via Meu **INSS** para providenciar o agendamento por meio do serviço "Perícia presencial por não conformação da documentação médica". O prazo para isso é de 30 dias.

Se não for feita a marcação do exame nesse prazo, é considerado que o cidadão desistiu do pedido e o processo será arquivado.

Segurados do **INSS** também podem dar entrada no benefício por incapacidade temporária via Atestmed diretamente pela central de atendimento 135. Na prática, a medida apenas agiliza os pedidos do benefício. Isso porque, depois de fazer a solicitação pelo call center, o segurado terá até cinco dias para apresentar os documentos em uma agência da **Previdência Social** ou anexar a documentação pelo aplicativo ou pelo site Meu **INSS**.

De acordo com o instituto, o requerimento somente é finalizado quando todos os documentos forem apresentados.

Caso o segurado não consiga fazer a apresentação dos documentos, o pedido é cancelado. Mas a suspensão não impede o segurado de fazer um novo requerimento a qualquer momento.

Solicitação também presencial

Quem não tem acesso à internet pode procurar uma agência da **Previdência Social**, onde um servidor vai ajudar o segurado a fazer o requerimento via Atestmed.

Segundo o órgão, o funcionário vai utilizar o sistema para iniciar o pedido de benefício ou para incluir a documentação obrigatória digitalizada a fim de concluir um pré-requerimento já feito pelo segurado (sem que este tenha anexado os documentos digitalizados).

Neste último caso, após dar entrada no pré-requerimento, o prazo para anexação dos documentos é de até cinco dias após a emissão do protocolo.

Depois desse período, o pré-requerimento é cancelado por falta de apresentação de documentação obrigatória.

Isso, porém, não impede o segurado de fazer um novo pedido a qualquer momento.

Em março, o Atestmed passou a permitir também o requerimento do benefício por incapacidade nos casos de acidente de trabalho com afastamento por até 180 dias.

Segundo o **INSS**, o sistema foi atualizado para permitir a inclusão da Comunicação de Acidente de Trabalho.

Ao fazer o pedido pelo Atestmed, o funcionário acidentado pode inserir a CAT no sistema junto com a documentação médica. O material é analisado por um médico perito à distância.

REQUERIMENTOS No primeiro trimestre deste ano houve 1,3 milhão de pedidos pelo Atestmed

COMO PEDIR

Para dar entrada no pedido, o segurado deve acessar o site ou o aplicativo Meu **INSS**, clicar em "Pedir Benefício por Incapacidade" e seguir os passos indicados. É preciso ter em mãos o número do CPF. Além disso, é possível o envio de laudos e atestados pela plataforma.

A documentação médica legível e sem rasura deve conter o seguinte:

1 Nome completo do segurado

2 Data de emissão do(s) documento(s) médico(s) ou odontológico(s). Esta data não pode ser superior a 90 dias da data de entrada do requerimento

3 Diagnóstico por extenso ou código da Classificação Internacional de Doenças (CID) 4 Assinatura do profissional emitente, que poderá ser eletrônica e passível de validação, respeitados os parâmetros estabelecidos pela legislação vigente

5 Identificação do profissional emitente, com nome e registro no Conselho de Classe (Conselho Regional de Medicina ou Conselho Regional de Odontologia), no Ministério da Saúde (Registro do Ministério da Saúde), ou carimbo, legíveis

6 Data de início do repouso ou de afastamento das atividades habituais

7 Prazo estimado de afastamento necessário, preferencialmente em dias

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Imposto de Renda 2024: veja a tabela de alíquotas e saiba como fazer o cálculo

Por André Catto, g1

A mecânica do cálculo do Imposto de Renda 2024 continua a mesma de anos anteriores. As principais mudanças em relação à declaração de 2023 estão na faixa de isenção - que subiu de R\$ 1.903 para R\$ 2.640 no ano passado - e nas parcelas a deduzir.

O aumento da faixa isenta foi confirmado em fevereiro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por meio de Medida Provisória (MP). A mudança daquele ano passou a valer para a declaração de 2024.

A medida estabeleceu, na prática, uma faixa de isenção do IR em R\$ 2.112. Para completar os R\$ 2.640 (dois salários mínimos da época), o governo determinou um desconto automático de R\$ 528.

LEIA MAIS

Saiba tudo sobre o Imposto de Renda 2024
Veja como fazer a declaração
Veja quem é obrigado a declarar
Veja como baixar o programa
Veja o calendário dos lotes de restituição

Como fazer o cálculo do imposto?

A conta do IR depende de uma tabela dividida em quatro faixas de renda, com uma alíquota progressiva que vai de 7,5% a 27,5%. A faixa máxima atinge os salários acima de R\$ 4.664,68.

Veja abaixo as faixas e as respectivas alíquotas

Faixa 1: Até R\$ 2.112: isento
Faixa 2: De 2.112,01 até 2.826,66: 7,5%
Faixa 3: De 2.826,67 até 3.751,06: 15%
Faixa 4: De 3.751,07 até 4.664,68: 22,5%
Faixa 5: Acima de R\$ 4.664,68: 27,5%

O imposto não é cobrado sobre todo o salário. O que é descontado em **INSS**, por exemplo, não entra na conta. Além disso, as alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos.

Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo (e se encaixa na faixa 4 acima), não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário.

Pelas contas da Receita, os primeiros R\$ 2.112 são

isentos. O que passar desse valor e não superar os R\$ 2.826,66 (o limite da faixa 2) é tributado em 7,5%.

Já o que superar limite da faixa 2, mas não o da faixa 3, paga 15%, e assim sucessivamente.

Veja o exemplo abaixo:

Na prática, a conta pode ser feita multiplicando o total do salário pela alíquota cheia referente à faixa e subtraindo os valores fixos abaixo:

Faixa 1: zero
Faixa 2: R\$ 158,40
Faixa 3: R\$ 370,40
Faixa 4: R\$ 651,73
Faixa 5: R\$ 884,96

A **Receita Federal** também disponibiliza um simulador que pode ser usado para quem quiser fazer esse cálculo - clique aqui para acessar.

Veja outros exemplos para o cálculo, feitos com o apoio do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT):

Salário de R\$ 3.123

Considerando a renda média do brasileiro registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no primeiro trimestre de 2024, por exemplo, de R\$ 3.123 (que se encaixa na faixa 3 da tabela do IR), o cálculo ficaria:

$$(3.123 \times 15\%) - R\$ 370,40 = R\$ 98,05$$

Salário de R\$ 5 mil

Por fim, para um salário de R\$ 5 mil, que fica na última faixa da tabela do IR, a conta fica:

$$(5.000 \times 27,5\%) - R\$ 884,96 = R\$ 490,04$$

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2024/05/08/imposto-de-renda-2024-veja-a-tabela-de-aliquotas-e-saiba-como-fazer-o-calculo.ghtml>

Quase 1/4 dos MEIs desconhecem seus benefícios previdenciários

Um levantamento feito pela plataforma de gestão MaisMei mostrou que 23,49% dos microempreendedores individuais (MEI) do país não sabem que possuem benefícios previdenciários como auxílio por incapacidade temporária e até mesmo o direito à aposentadoria.

Os dados fazem parte de uma pesquisa que ouviu usuários da plataforma para entender o perfil médio dos MEIs no Brasil, que será divulgada na íntegra em maio.

Kályta Caetano, head de contabilidade da MaisMei, avalia que apesar de a maioria estar ciente sobre os benefícios, a parcela que desconhece é significativa, visto que o Brasil possui, atualmente, cerca de 15 milhões de CNPJs sob o regime tributário do Simples Nacional (SIMEI).

"Em um cenário onde o índice de desemprego ainda é alto, o regime MEI tem importância para além da formalização que evita problemas com o Fisco, sendo também um instrumento que garante direitos básicos para a sobrevivência do negócio e do bem-estar do profissional", afirma.

Benefício do auxílio

Entre os principais direitos garantidos aos microempreendedores individuais brasileiros, Kályta Caetano cita o Auxílio por Incapacidade Temporária (antes conhecido como Auxílio-Doença), Auxílio Maternidade, Pensão por Morte e Auxílio Reclusão - esses dois últimos concedidos à família. No caso da aposentadoria, considerado o de maior interesse no longo prazo, a especialista da MaisMei explica em quais situações ele se aplica.

Todos os meses, ao pagar a guia DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), o microempreendedor contribui com 5% ao **INSS**. Com essa contribuição, a aposentadoria é garantida por tempo de contribuição ou incapacidade temporária, desde que os requisitos mínimos sejam cumpridos diante da lei. Assim como os trabalhadores CLT, o MEI também pode se aposentar pela idade, inclusive, o tempo de contribuição anterior, caso exista, pode ser somado ao atual enquanto microempreendedor. É fundamental fazer o pagamento da DAS dentro do prazo estabelecido para evitar multas e juros, diz a

especialista da MaisMei.

Ao atingir os requisitos necessários, a aposentadoria pode ser dos seguintes tipos:

Aposentadoria por idade : 62 anos para mulheres e 65 anos para homens + 180 meses de contribuição;

Aposentadoria especial : àqueles profissionais que se expõem a agentes perigosos e insalubres;

Aposentadoria por invalidez : quando o profissional possui alguma doença que o impede de exercer a sua função, ou quando sofre um acidente que o torna incapaz;

Aposentadoria por tempo de contribuição : disponível apenas se o microempreendedor fizer um recolhimento complementar de 15% ao mês.

Conscientização

Ainda segundo a pesquisa, 69,08% dos entrevistados disseram que conhecem os benefícios, mas nunca os solicitaram.

"Isso sugere uma lacuna entre a conscientização sobre os direitos e a efetiva utilização dos benefícios, mas também pode indicar a falta de necessidade até o momento ou a complexidade dos processos de solicitação. O resultado da pesquisa reforça a necessidade de intensificar a conscientização, por isso o compromisso da MaisMei em apoiar e orientar os microempreendedores individuais, garantindo acesso à informação e suporte para que exerçam seus direitos e prosperem em seus negócios", afirma o cofundador e CEO da MaisMei, Mateus Vicente.

Para recorrer aos benefícios previdenciários, é preciso ficar atento às carências, que podem ser de 10, 12, 18, 24 e até mesmo 180 meses, no caso de aposentadoria. O microempreendedor individual pode consultar a disponibilidade através do site Meu **INSS**. Nele, é possível solicitar qualquer benefício, quando disponível. Basta acessar a aba "Serviços" e escolher qual deles é de sua necessidade.

Outra forma prática de administrar seus benefícios é através da plataforma MaisMei. Após baixar o app (disponível para Android e IOS), o usuário deve clicar

no menu do lado esquerdo e, na sequência, acessar a aba "Benefícios". Assim você consegue saber o quanto já contribuiu e o quanto ainda falta contribuir para ter acesso a cada benefício, além de um link direto para solicitar cada um dos benefícios no site do **INSS**, de forma intuitiva e fácil de entender.

Ao todo, a pesquisa da MaisMei ouviu 5.640 pessoas durante o primeiro trimestre de 2024, o que dá uma margem de erro de apenas 2% frente à população de cerca de 15 milhões de MEIs.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/quase-14-dos-meis-desconhecem-seus-beneficios-previdenciarios,d1a57b3a0342c0a5a3b0347238b4ddf8icwkj86l.html>

Cobrança de impostos é lacuna da regulamentação da reforma tributária

(Artigo)

» **ALEXANDRO AFONSO**, » *Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e membro do Movimento Viva* » **EDUARDO JAEGER**, » *Auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul. Presidente da AFISVEC (Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do RS)* » **RODRIGO SPADA**, » *Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo. Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)*

Inegável que a **reforma tributária** aponta para um futuro promissor, com maior simplicidade, neutralidade e uma racionalidade que promete entregar maior eficiência para a economia brasileira. O Projeto de Lei 68/2024, em suas mais de 300 folhas, detalha melhor diversos aspectos importantes, de alíquotas dos novos **tributos** à fiscalização. É um trabalho impressionante, dada a qualidade do texto e o exíguo prazo com que foi elaborado.

O texto traz, entretanto, uma lacuna que precisa ser preenchida: em seus quase 500 artigos, não há absolutamente nada a respeito da cobrança dos **impostos** não recolhidos. Há quem acredite que mecanismos como o "split payment" acabarão com todas as formas de sonegação e inadimplência, mas não é esse o comportamento dos contribuintes constatado na prática. Ainda que a maioria aja corretamente diante de suas obrigações tributárias, há, e sempre haverá, um percentual pequeno que só sobrevive sonegando, mesmo quando declara o que deve.

Na variante do ditado popular, é a turma do "não pago nem quando puder", que leva ao limite a capacidade de ação estatal para promover a concorrência justa. O vazio de regulamentação a respeito dos **tributos** não recolhidos distancia o Brasil das práticas adotadas nos Fiscos mais desenvolvidos do mundo, justamente em um momento em que o país atua para estar mais alinhado às boas práticas internacionais. Além disso, essa lacuna ignora o que tem sido feito com muito sucesso em diversos estados brasileiros.

Nesse assunto, os estados têm boas lições a dar, sobretudo para o enfrentamento da chamada inadimplência contumaz, um conceito essencial para a

justiça tributária.

Tomando-se o caso de São Paulo (e poderia ser Rio Grande do Sul, ou Minas Gerais, que possuem abordagens similares) a título de exemplo, a figura do devedor contumaz de ICMS foi objetivamente delimitada em lei complementar estadual (LC 1320/2018). Isso possibilitou a adoção de providências duras, direcionadas especificamente a esse segmento renitente.

Tal marco legal, aliado a uma ampla revisão dos processos de trabalho, culminou em taxas de inadimplência no ICMS (3,3%) que a iniciativa privada sequer sonha. E essas taxas seguem com tendência de queda.

Para comparação, os textos técnicos da OCDE indicam como desejáveis patamares abaixo de 10%, apontando como melhores práticas as do fisco belga. Nos estados em que se regulamentaram normas que tratam adequadamente o inadimplente contumaz, tem-se tudo o que o Fisco da Bélgica tem.

Considere o leitor que o nome da atividade é cobrança, mas o trabalho é muito mais parecido com uma consultoria aos contribuintes, pois a inadimplência tributária pode levar uma empresa à falência. Nossas ações ajudam a trazer as empresas de volta às luzes da lei, o que é bom para os contribuintes e para o Estado, que passa a ter mais recursos para educação, saúde e segurança. O ganhaganha se estende ao ambiente concorrencial, porque as empresas adimplentes, que são a ampla maioria (96,7% em valores financeiros no caso de São Paulo), não teriam chance de concorrer com quem não paga seus **tributos**.

Uma das ferramentas centrais para alcançar esse resultado é a aplicação do chamado regime especial para os inadimplentes contumazes. Ele permite, por exemplo, que seja estabelecido que os clientes desse tipo de devedor sejam responsáveis pelo recolhimento do imposto, o que cria um sistema de incentivos que repele o comportamento indesejado. Parece até milagre, mas muitos devedores entram na linha com esse tipo de intervenção.

O novo arcabouço tributário não pode prescindir de toda essa experiência acumulada.

Não podemos nos enganar: a sonegação e a inadimplência de IBS e CBS existirão e o modo de combatê-las é uma cobrança eficiente. É uma questão fundamental para tirar pressão sobre a alíquota de referência e reduzir o peso da carga desses **impostos** para quem os paga corretamente.

Precisamos evitar que a **reforma tributária** seja, neste ponto, uma volta ao passado em que os estados não cobravam o imposto declarado ou apurado em autos de infração, premiando os sonegadores.

Esperamos que os parlamentares percebam a necessidade de corrigir essa omissão do texto do PLC 68/2024 apresentado, em benefício do Brasil e por uma alíquota de referência mais módica.

» ALEXANDRO AFONSO, » Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo e membro do Movimento Viva

» EDUARDO JAEGER, » Auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul. Presidente da AFISVEC (Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do RS)

» RODRIGO SPADA, » Auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo. Presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de **Tributos** Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5932/08-05-2024.html?all=1>

Reforma tributária e o terreno fértil para fraudes (Artigo)

Mário Nazzari Westrup e Guilherme Venturini Floresti

Mário Nazzari Westrup e Guilherme Venturini Floresti - São, respectivamente, contador e consultor; e advogado e consultor da Tendências Consultoria

Fraudes contábeis e nas demonstrações financeiras são frequentemente associadas ao desejo de aumentar remunerações e bônus, elevar o valor de mercado das ações, elevar a distribuição de dividendos, cumprir covenants contratuais, atender à regulação e sonegar impostos. O ambiente pode ser especialmente propício em períodos de transição de regras, como o que vai acontecer ao longo do processo de implementação da reforma tributária (Emenda Constitucional n.º 132/2023).

Essa ampla alteração regulatória gerará maiores incentivos às empresas para descobrirem e se aproveitarem de brechas legais do sistema tributário recém-alterado para manipular as informações contábeis e fiscais. A depender da qualidade de sua regulamentação, ora em curso, a transição decorrente da reforma tributária pode abrir espaço para interpretações dúbias e a exploração de lacunas na legislação. A complexidade do processo pode levar à manipulação das demonstrações financeiras e à sonegação fiscal, com empresas se movimentando para mitigar impactos financeiros ou para tirar vantagens indevidas das mudanças.

Além disso, no processo contábil, o reconhecimento dos tributos pode alterar significativamente a percepção e análise das demonstrações financeiras.

A prática de reconhecimento e a mensuração fiscal inadequadas podem distorcer resultados, mascarando a verdadeira posição econômica das empresas e influenciando a tomada de decisões por investidores, credores e outros usuários das informações contábeis.

A reforma tributária tem como objetivo a simplificação do sistema tributário e fiscal sobre o consumo, o que, em tese, deveria diminuir o espaço para o cometimento de fraudes no âmbito fiscal. Contudo, fatores como as empresas não estarem devidamente preparadas para algumas inovações (como a ampliação do sistema de créditos para todos os tributos), a existência de um período de transição longo (em que os sistemas tributários novo e antigo

coexistirão) e a falta de um posicionamento consolidado das autoridades fazendárias criam um terreno fértil para fraudes.

Portanto, ainda que pareça cedo, é de suma importância que gestores e stakeholders estejam extremamente vigilantes antes, durante e após o período de transição. Atenção meticulosa às alterações nas políticas fiscais, ao comprometimento com a integridade e à transparência e ao fortalecimento dos controles internos é essencial para prevenir e detectar fraudes fiscais, resguardando assim a integridade financeira e reputacional das empresas.

Complexidade do processo pode levar à manipulação das demonstrações financeiras e sonegação fiscal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Renegociação de dívidas no Desenrola chega a R\$ 50 bi

RENAN MONTEIRO E THAÍS BARCELLOS
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA -

O programa de renegociação de dívidas do governo, Desenrola Brasil, chegou ao patamar de R\$ 50 bilhões, afirmou ontem o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto. Segundo ele, o valor "investido" no programa, até agora, não chega a R\$ 2 bilhões. O governo destinou R\$ 8 bilhões ao Desenrola, para garantir eventuais inadimplências nas operações. Esse valor vem do Fundo Garantidor de Operações (FGO).

-Renegociamos R\$ 50 bilhões em dívidas, beneficiando 15 milhões de pessoas, e gastamos menos de R\$ 2 bilhões. Para cada um real investido no Desenrola, negociamos R\$ 25 -disse o secretário, em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo.

Pelo último balanço do Ministério da Fazenda, são 14,75 milhões de pessoas beneficiadas, com a negociação de R\$ 51,7 bilhões em dívidas.

No total, 654 empresas com dívidas a receber entraram no programa. A média geral de desconto é de 83% sobre o valor dos débitos. Há casos, segundo a Fazenda, em que o abatimento chega a ultrapassar 96% do valor devido.

As dívidas estão sendo negociadas com bancos, varejistas, companhias de água e saneamento, além de distribuidoras de energia, por exemplo.

O número de R\$ 50 bilhões está em linha com a expectativa inicial do Executivo, que lançou o programa em julho de 2023. Com relação ao número de pessoas, a equipe econômica projetava que o Desenrola poderia atingir mais de 30 milhões.

SEM NOVA PRORROGAÇÃO

As dívidas renegociadas podem ser parceladas em até 60 vezes, com parcela mínima de R\$ 50 e juros de até 1,99% ao mês.

Em março, o programa foi prorrogado pela segunda vez, agora até 20 de maio. Segundo fontes, a possibilidade de uma nova prorrogação é ínfima.

Em nota, a Fazenda reforça que há informações falsas circulando sobre o programa. E ressalta que, ao negociar as dívidas pelo Desenrola, o cidadão não perde nenhum benefício social nem fica com o nome "sujo" nos sistemas do Banco Central.

Marcos Pinto lembrou ainda que, com a **Reforma Tributária**, as empresas poderão acumular crédito tributário sobre o spread pago em empréstimos bancários. O spread é a diferença entre o custo de captação do dinheiro para os bancos e o que cobram dos clientes.

-As empresas que pagam alto custo de spread poderão deduzir do IVA que vão pagar o imposto que foi pago pelos bancos na fase anterior sobre o spread bancário -disse o secretário.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

União discute R\$ 1 trilhão em PIS/Cofins

Beatriz Olivon

Previstos para serem extintos pela **reforma tributária**, o PIS e a Cofins são objeto de pelo menos 300 teses judiciais acompanhadas de perto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com impacto gigantesco para a União. Em apenas 13 delas, o valor em disputa se aproxima de R\$ 1 trilhão, segundo o Anexo de Riscos Fiscais da LDO de 2025. O foco da PGFN durante o período de transição para o novo sistema será buscar resolver essas pendências por meio de transação. Entre os temas que deverão ser objeto de negociação com os contribuintes está a discussão sobre quais insumos geram créditos de PIS e Cofins, que ainda é o assunto de 5,2 mil processos. A disputa tributária de maior valor no Supremo Tribunal Federal, de R\$ 325 bilhões, é sobre a necessidade de lei complementar para a regulamentação dos dois **tributos**.

Página E1

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187864?page=1§ion=1)**

Frente pede renegociação de dívida

Um dos blocos mais articulados do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), discutir ontem ações voltadas ao Rio Grande do Sul. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), as enchentes já provocaram prejuízo de R\$ 423,8 milhões. Esses números correspondem a 25 dos 336 municípios que decretaram estado de calamidade pública.

"A Frente Parlamentar da Agropecuária atuou de forma organizada para buscar recursos imediatos junto ao setor agropecuário para garantir o acolhimento das famílias desabrigadas e enviar água, colchões, alimentos não perecíveis, veículos para resgate e recursos financeiros que ajudem no abrigo de milhares de pessoas atingidas pela tragédia", informou a presidência da FPA, por meio de nota.

Entre as medidas, a Frente busca mudanças no seguro rural e condições especiais para o pagamento de dívidas. O setor reivindica, entre outros pontos, a prorrogação automática e imediata, por 12 meses, de todos os financiamentos do crédito rural. "A primeira medida que deve ser feita em toda a região que foi atingida é o adiamento do pagamento por no mínimo 12 meses de todas as questões que têm que ser pagas, incluindo **impostos**, para que nesse período se estude uma maneira de fazer uma moratória de até 10 anos, para recompor essa estrutura de produção de alimentos que o Rio Grande do Sul tem, " disse o senador Irineu Orth (PP-RS).

Além disso, os integrantes da FPA debateram sobre a edição de uma medida provisória, proposta por Orth, para garantir um prazo de 15 anos, incluindo três de carência, para o pagamento de dívidas de custeio, investimentos e renegociações. Os parlamentares ressaltaram que esse período é necessário para a completa recuperação da estrutura agropecuária prejudicada pelas chuvas.

"A situação no Rio Grande do Sul é muito grave e exigirá intervenção imediata do governo federal.

Precisamos estancar a crise, resgatar as pessoas ilhadas e iniciar a reconstrução das áreas afetadas. O governo deve liberar recursos sem hesitação, como fez durante a pandemia, para resolver o problema. A reconstrução do sistema viário será crucial, assim como a implementação de um projeto de resiliência climática para evitar tragédias futuras.

Desonerações da folha e auxílios serão essenciais

para a recuperação econômica, especialmente para pequenos negócios que foram duramente atingidos," declarou o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Educação No Senado, a Comissão de Educação e Cultura aprovou uma proposta para que as emendas do colegiado sejam destinadas exclusivamente ao Rio Grande do Sul. "Proponho que façamos uma pequena alteração.

Precisamos direcionar esses recursos especificamente para o estado do Rio Grande do Sul, de forma a agilizar na recuperação e reconstrução", pontuou o senador Flávio Arns (PSB- PR), autor da proposta e presidente do colegiado.

O parlamentar acrescentou que a comissão pedirá à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) informações sobre como estão as condições das escolas no estado, após as fortes chuvas e inundações.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/educacao/imprensa/5932/08-05-2024.html?all=1>

Lewandowski promete nota técnica para esclarecer veto a proselitismo nos presídios - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, prometeu à bancada evangélica que fará uma nota de esclarecimento sobre a resolução do governo que proíbe proselitismo religioso nos presídios. O segmento reclamou que o texto deixa dúvida sobre a abordagem permitida aos pastores e se eles poderão atuar para converter os detentos. Mais de dez congressistas se reuniram com o ministro, ontem à noite, para tratar do assunto.

Eles queriam que o governo derrubasse a medida, mas isso não ocorrerá. Ficou combinado que os parlamentares enviarão sugestões para a redação de um informe complementar.

Como mostrou a Coluna, o líder da Frente Parlamentar Evangélica, Eli Borges, apresentou projeto de Decreto Legislativo para derrubar os trechos da resolução.

I AÇÕES. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, publicará hoje uma portaria que autoriza os empregadores do Rio Grande do Sul a suspender o recolhimento do FGTS. O ato ainda permitirá a adoção do regime de teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas e antecipação de feriados.

I MÃOZINHA. Em outro aceno ao empresariado, Marinho receberá hoje o presidente da Associação Brasileira de Supermercados, João Galassi, que quer a ajuda do governo para preencher 357.300 vagas de emprego abertas no setor. A entidade apresentará suas propostas para ampliar as contratações, como o governo manter o Bolsa Família por cinco anos para mães com emprego.

I PACOTE. O setor também sugere manter o Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência que têm emprego e reduzir **impostos** para contratação de idosos.

I FICA... Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) tenta, há dois meses, um espaço na agenda do presidente Lula para promover seu evento de filiação ao PT. Até agora não

conseguiu.

I...PARA DEPOIS. Petistas sugeriram a Randolfe assinar sua ficha de filiação e, quando Lula puder, celebrar em um evento público.

Mas o senador faz questão de voltar ao PT com pompa e circunstância.

Procurado, o líder do governo não respondeu ao contato.

O congressista deixou a Rede Sustentabilidade há um ano.

I NADA DISSO. O presidente do Conselho de Ética, Leur Lomanto Júnior (União), avisou nos bastidores que vai manter a deputada Jack Rocha (PT) na relatoria do processo de cassação contra Chiquinho Brazão. Ou seja, vai rejeitar, hoje, o pedido de suspeição da petista, apresentado pela defesa do deputado acusado de mandar matar Marielle Franco.

I ESTRELA. O PT está com a cabeça de chapa em 89% das 64 pré-candidaturas a prefeito já homologadas pelo Diretório Nacional da sigla, instância que delibera a estratégia eleitoral em municípios com mais de 100 mil habitantes.

O partido só cedeu a titularidade a outras legendas em sete cidades, como São Paulo.

I PLANOS. O economista Carlos da Costa será o coordenador do plano de governo da pré-candidata do Novo à Prefeitura de São Paulo, Marina Helena. Ele foi secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do governo Jair Bolsonaro.

VODCAST "DOIS PONTOS" | Hoje sobre caminhos da prosperidade

Marcos Troyjo

Ex-presidente do Banco do Brics

"As exportações levaram ao crescimento econômico e à redução da pobreza na Ásia. Primeiro, no Japão, e

depois com uma diáspora pelos países asiáticos."

Fernando Schüller

Cientista político

"Nosso crescimento econômico é pífio. O Brasil cresceu, nos últimos 40 anos, metade da média da América Latina e 10% do que avançaram os tigres asiáticos."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo anuncia medidas econômicas de apoio ao RS

Os moradores que estão nas cidades afetadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul receberam uma série de medidas para tentar enfrentar as consequências da tragédia climática que atingiu o estado desde a semana passada.

Entre elas estão a liberação do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pagamentos antecipados do Bolsa Família e de benefícios como aposentadoria e pensão por morte.

Também foi anunciado o adiamento do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda e a suspensão de pagamentos de **tributos** para a Receita e a Fazenda, além do adiamento de prazos de renegociação de dívidas com os cinco principais bancos do país e de financiamento de crédito habitacional.

Na segunda-feira, o presidente Lula enviou um projeto de decreto legislativo para reconhecer estado de calamidade pública em parte do país. A medida visa facilitar a liberação de verbas para o Rio Grande do Sul.

O decreto abre caminho para descontar da meta fiscal do governo federal os gastos com assistência emergencial e recuperação do Rio Grande do Sul, além de eventuais renúncias de receitas.

Ao mesmo tempo, o governo debate no Congresso Nacional um projeto para agilizar a liberação de R\$ 1,06 bilhão em emendas parlamentares para o estado.

Na segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal prepara uma linha de crédito para a reconstrução de casas atingidas pelas enchentes (Da Folhapress).

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17677>

Camilo e Tebet em caminhos opostos - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

Não será fácil à ministra do Planejamento, Simone Tebet, impulsionar o debate dentro do governo sobre a redução de despesas obrigatórias como parte do ajuste das contas públicas.

Questionado pela coluna sobre o tema, o ministro da Educação, Camilo Santana, informou que caminha na direção contrária: quer mais verbas, e não desacelerar o crescimento dos recursos para sua pasta.

Em entrevista publicada na edição de segunda-feira (6) deste jornal, Tebet colocou sobre a mesa aquilo que lhe era muito cobrado: propostas para impulsionar o ajuste fiscal pelo lado das despesas.

Além das medidas "no varejo", como classificou as revisões de gastos em Previdência, Proagro e Benefícios de Prestação Continuada (BPC) já em andamento, a ministra tocou em dois temas que são praticamente tabu na capital federal: desatrelar benefícios assistenciais e sociais da política de valorização do salário mínimo e rever a regra de gastos mínimos com educação.

A Constituição estabelece que a União deverá gastar, com educação, pelo menos 18% de sua receita líquida de **impostos**.

No ano passado, isso representou R\$ 66,4 bilhões.

Mas, como acontece com frequência, a União ultrapassou o piso, com despesas de R\$ 100,8 bilhões.

Tebet propôs colocar dentro desse cálculo as transferências que a União faz para os Estados por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Criticou a emenda constitucional aprovada em 2020, no governo de Jair Bolsonaro, que elevou gradualmente a participação da União nesse fundo, de 10% para 23% em 2026.

"Acho uma boa ideia", comentou o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, sobre a proposta de Tebet. Ele comentou que as transferências para o Fundeb estão em alta, por causa da "escadinha" prevista na Constituição.

Embora sejam despesas com educação, apenas 30% dos recursos entregues aos Estados podem ser contabilizados como parte do piso de gastos. O restante está fora, e é isso que Tebet propõe mudar.

"Não tem sentido isso", afirmou Camilo Santana.

"Precisamos de mais recursos para educação." Na mão contrária, ele estuda alternativas para retirar de seu orçamento algumas ações que são apenas transferências diretas a Estados e municípios.

"Isso tira poder discricionário do Ministério da Educação", comentou.

"Tem que gastar melhor o que tem", comentou Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação. "Mas reduzir investimento em educação, eu acho suicídio da nação." Ela defendeu que, para cortar gastos, o governo deveria considerá-los conforme o retorno que dão ao país. A educação, frisou, é um dos itens que mais impactam o crescimento econômico.

Salto ponderou que poderiam ser cortados, alternativamente, benefícios tributários. "Mas vai cortar para ver a encrenca que é", acrescentou. Significaria afetar programas como o Simples Nacional, as instituições filantrópicas, as Santas Casas, exemplificou.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem mantido silêncio sobre as propostas de Tebet. No entanto, na semana passada, o ministro recomendou na rede social X (ex-Twitter) um artigo do professor Bráulio Borges publicado no Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre e que sugere a desvinculação dos benefícios previdenciários e do BPC em relação ao salário mínimo, entre outras medidas.

As áreas técnicas de Fazenda e Planejamento discutem há muito tempo alternativas para desacelerar o crescimento das despesas obrigatórias. Um dos focos está justamente nas regras constitucionais que garantem gastos mínimos com saúde e educação. São

examinadas alternativas como atrelar os pisos ao limite de despesas do arcabouço ou ao aumento do Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita, ou ao crescimento populacional.

Também há discussões sobre a desvinculação dos benefícios assistenciais e sociais em relação à política de valorização do salário mínimo. Será difícil, pois o tema é caro ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não há debate fácil, como se vê. No entanto, o novo arcabouço fiscal irá pelos ares em poucos anos se esses temas não forem enfrentados.

Relatório publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em março mostra que, mantida a atual dinâmica das despesas obrigatórias, em 2030 não haverá mais espaço no Orçamento para despesas discricionárias. Significará zerar programas como o Farmácia Popular e o Minha Casa Minha Vida.

Atualmente, a situação já não é confortável. O pouco espaço para despesas discricionárias ficará evidente nas próximas semanas, durante a elaboração da proposta orçamentária para 2025, a ser entregue ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto. A taxa de mau humor vai subir na Esplanada dos Ministérios.

Camilo Santana, Felipe Salto e Priscila Cruz fizeram esses comentários em conversas à margem do seminário "Juros por Educação", promovido ontem em Brasília pelo Valor, em parceria com Itaú Educação e Trabalho e Todos Pela Educação.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

Recriação do DPVAT avança, mas base ainda conta votos

Julia Lindner

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, em votação apertada, o projeto de lei complementar (PLP) que recria o seguro de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT), para cobrir vítimas de acidentes graves de trânsito, e abre espaço orçamentário para o governo poder gastar mais.

A análise em plenário, entretanto, foi adiada para hoje por falta de apoio político na Casa.

Em busca de um entendimento, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi ao Senado na noite de ontem para uma conversa reservada com o presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP). O líder do União Brasil na Casa, Efraim Filho (PB), também estava presente.

"Estamos atrás de votos", admitiu Randolfe Rodrigues.

Indagado se isso significava que o governo não tem apoio suficiente, Jaques Wagner negou.

"Não, não tem. O problema é que muita gente não estava aí [no Senado] hoje. Não tem problema, não", minimizou o líder do governo no Senado.

Entre as ausências, a senadora Jussara Lima (PSD-PI) chegou de viagem na noite de terça para ajudar a reforçar o quórum na votação desta quarta. O líder do PSD, Otto Alencar (BA), pediu aos integrantes da bancada para virem a Brasília. Alguns deles, como Eliziane Gama (MA), não devem conseguir comparecer.

O governo tem pressa para aprovar o PLP do DPVAT porque o texto também altera o arcabouço fiscal, permitindo ao governo antecipar cerca de R\$ 15 bilhões em despesas diante da melhora na arrecadação do primeiro bimestre.

Esse trecho, que não tem relação com o tema central do projeto, foi incluído pela Câmara dos Deputados após um acordo entre o Executivo e o Legislativo. Parte do crédito servirá para a recomposição de R\$ 3,6 bilhões dos R\$ 5,6 bilhões de emendas de

comissão vetadas pelo presidente Lula.

O veto deverá ser derrubado na próxima sessão do Congresso, marcada para esta quinta (9).

Se confirmada a aprovação do projeto em plenário, o DPVAT será reformulado e substituído pelo Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT). O seguro voltará a ser cobrado pelo governo federal depois de dois anos. O pagamento das indenizações está suspenso desde novembro por falta de recursos.

O projeto não estabelece o valor das taxas e das indenizações pagas. Segundo o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), a quantia deve ficar entre R\$ 50 e R\$ 60 reais por ano. O cálculo, de acordo com ele, foi feito pelo Ministério da Fazenda.

Jaques fez um acordo com a oposição para assegurar que o presidente Lula vetará o trecho da matéria que estabelece uma multa de R\$ 195,23, além de cinco pontos na carteira, para o motorista que atrasar o pagamento.

Ele não fez nenhuma alteração de mérito para evitar que a matéria volte para a Câmara.

Ainda assim, há forte resistência entre oposicionistas, que alegam que o projeto aumentará **impostos** e prometem derrotá-lo em plenário. Sinal disso foi a votação apertada na CCJ, com 15 votos favoráveis e 11 contrários.

"Quer fazer mais um remendo no arcabouço fiscal? Façam este remendo por projeto de lei, pela tramitação legislativa normal, não por jabuti", criticou Carlos Portinho (PL-RJ), líder do PL no Senado.

A diferença de apenas quatro votos fez o governo reavaliar as chances de vitória em plenário, considerando que pelo menos oito governistas estavam fora de Brasília ontem e não iriam participar da deliberação. O adiamento também buscou dar tempo para o Palácio do Planalto reorganizar a sua base.

Além disso, há uma expectativa no Senado sobre o cumprimento de acordos com o governo.

Um deles envolve a suspensão da reoneração da folha de pagamentos da folha de salários de 17 setores da economia intensivos em mão de obra e de municípios com até 150 mil habitantes.

O outro é relacionado à renegociação da dívida dos Estados.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

Governos taxam veículo elétrico para compensar perdas fiscais

Jamie Smyth e Amanda Chu

As autoridades em vários países estão impondo novos **impostos** sobre veículos elétricos (VEs), já que sua substituição aos motores de combustão ameaça deixar um buraco de US\$ 110 bilhões nas receitas governamentais, devido à queda nas receitas de **impostos** sobre combustíveis.

O Reino Unido, a Nova Zelândia, Israel e a maioria dos Estados dos EUA estão entre as jurisdições que estão introduzindo mudanças fiscais e de encargos sobre VEs e híbridos projetadas para arrecadar fundos e compensar a queda dos **impostos** sobre gasolina e diesel.

As medidas são variadas, indo de taxas de registro a cobrança pelo uso de estradas com base na quilometragem e taxas sobre pontos de carregamento público. Proprietários de VEs e ambientalistas dizem que isso irá desacelerar a mudança de veículos a combustão para alternativas de baixa emissão.

"É mais como uma penalidade", disse Jeff Shoffner, que dirige um Chevy Bolt elétrico no Tennessee, onde as taxas anuais dobraram este ano para US\$ 200. "Não me oponho a pagar a taxa extra, mas acho que é muito alta." As novas tarifas chegam em um momento delicado para a adoção de VEs. Embora as vendas globais devam atingir recordes este ano, as margens de lucro em declínio e o crescimento mais lento estão levando as montadoras a frear seus planos de eletrificação.

Na semana passada, o CEO da Tesla, Elon Musk, fechou toda a divisão de supercarregadores do grupo, demitindo centenas de funcionários em resposta à queda nas receitas da montadora de VE.

"Muitas dessas medidas não são populares politicamente. É difícil aumentar **impostos**, mas é necessário", disse Rachel Aland, diretora de transporte do Conselho Americano para uma Economia Eficiente em Energia, um think-tank sediado em Washington.

Ela disse que a arrecadação de **impostos** sobre combustíveis vem caindo há algum tempo devido ao aumento da eficiência dos veículos com motor de combustão interna. A crescente prevalência de VEs nas estradas está colocando pressão extra em uma

importante fonte de receitas governamentais.

Até 2030, os VEs devem substituir 6 milhões de barris por dia do consumo global de petróleo, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE). A demanda em 2023 foi de 102 milhões de barris por dia. Dados da AIE mostram que a mudança para VE deslocou US\$ 10 bilhões em receitas de **impostos** sobre gasolina e diesel globalmente no ano passado, em termos líquido sobre modestos ganhos em novas receitas fiscais de eletricidade.

A perda fiscal líquida deve subir para US\$ 110 bilhões até 2035 se os países alcançarem suas metas de eletrificação, privando os governos de fundos vitais que muitas vezes são destinados para manutenção de estradas e melhorias no transporte.

A Europa, onde os países tendem a cobrar **impostos** mais altos sobre gasolina e diesel em comparação com os EUA e a China, representou 60% das perdas de receita globais no ano passado.

Embora os países recuperem parte do financiamento em **impostos** sobre eletricidade, a receita é marginal em comparação a perda de receitas fiscais sobre combustíveis, disse a agência.

À medida que um número crescente de governos estabelece prazos para a eliminação de carros com motor de combustão, as autoridades são obrigadas a considerar reformas tributárias impopulares.

No mês passado, a Nova Zelândia introduziu taxas de uso de estrada, com base na distância percorrida, para VEs e veículos híbridos plug-in pela primeira vez, dizendo que a política era muito necessária para arrecadar receitas para manutenção de estradas diante da queda na arrecadação com **impostos** sobre combustíveis.

Proprietários de VEs leves enfrentam encargos de 76 dólares neozelandeses (US\$ 46) por 1.000 km rodados, uma tarifa que alinha os custos com veículos a diesel equivalentes. Proprietários de híbridos plug-in devem pagar 38 dólares neozelandeses por 1.000 km, uma taxa mais baixa porque já pagam **impostos** sobre combustível.

"Essa transição para tarifas de uso de estradas é

sobre justiça e equidade. Vai garantir que todos os usuários estejam contribuindo para a manutenção de nossas estradas, independentemente do tipo de veículo que escolherem dirigir", disse Simeon Brown, ministro dos Transportes da Nova Zelândia, ao justificar a mudança de política.

Os novos **impostos** foram criticadas por grupos de lobby de VEs e ativistas ambientais, que alertaram que isso deve desacelerar a adoção de veículos não poluentes e resultará em motoristas de VEs híbridos plug-in pagando mais do que aqueles que dirigem carros a combustão.

As autoridades fiscais de Israel estão propondo um encargo de uso por viagem semelhante para VEs, que está prevista para entrar em vigor em 2026 para combater os congestionamentos e o déficit orçamentário, que disparou devido à guerra contra o Hamas.

Mas muitos governos que enfrentam uma redução semelhante nas receitas de **impostos** sobre combustíveis, como o Reino Unido e a Irlanda, até agora se esquivaram de introduzir impopulares tarifas de uso de estradas baseadas em quilometragem para VEs. Em vez disso, eles começaram a eliminar ou reduzir incentivos fiscais para motoristas de VEs para reforçar a receita com **impostos**.

David Metz, professor honorário do Centro de Estudos de Transporte da University College London, disse que as tarifas de uso de estradas realmente não estão sendo discutidas pelo governo do Reino Unido porque são um "tema polêmico" e houve protestos significativos relacionados às tentativas anteriores de aumentar os **impostos** sobre combustíveis. "Todos os políticos e burocratas sentem que isso seria simplesmente muito difícil no momento", disse ele.

Mas Metz acrescentou que um novo sistema de tarifas de uso de estradas é necessário, não apenas para substituir a "grande parcela" das receitas fiscais sobre combustíveis perdidas pela adoção de VEs, mas também para reduzir o congestionamento de vias e retirar os veículos poluentes das estradas.

Ele disse que as taxas de congestionamento em Estocolmo e Londres, que são cobradas usando tecnologia de reconhecimento de placas de matrícula e câmeras, forneceram um modelo potencial que pode ser expandido.

Nos EUA, pelo menos 38 Estados têm taxas de registro anuais para proprietários de carros elétricos e híbridos, incluindo alguns Estados que oferecem incentivos para comprar ou carregar VEs que se estendem para além de um subsídio federal de US\$

7.500 para veículos habilitados.

No mês passado, Nova Jersey promulgou uma taxa anual de US\$ 250 para motoristas de VEs, exigindo que novos compradores paguem quatro anos de taxas antecipadas, totalizando US\$ 1.000. O Estado, liderado pelos democratas, oferece separadamente até US\$ 4.000 em créditos fiscais para comprar um VE, além de descontos para sistemas de carregamento residencial.

"É desanimador. Ficamos felizes por estar na vanguarda com incentivos e taxas de adoção. Essa questão específica das taxas de registro parece ir contra isso", disse Patrick McDevitt, motorista da Tesla em Nova Jersey.

Corey Cantor, analista de veículos elétricos da Bloomberg- NEF, disse que as taxas de registro anuais vieram em um momento inicial na implantação de VEs e podem colocar em risco o crescimento desse segmento.

"Sempre que você aumenta o custo inicial de um VE, isso será problemático para o crescimento", disse Cantor, que classifica o custo como a principal "barreira para a adoção" de um carro elétrico.

Mas impor taxas de registro em VEs não resolverá os desafios enfrentados pelos Estados nos EUA e pelas autoridades federais com a queda na receita com **impostos** sobre combustíveis. Em fevereiro, o Escritório de Orçamento do Congresso previu que o Fundo Fiduciário de Rodovias dos EUA, um fundo federal de transporte financiado por **impostos** sobre combustíveis, que paga por projetos de estradas e trânsito em massa, estaria insolvente até 2028 se não houver uma reforma na política.

Até 2030, os VEs devem substituir 6 milhões de barris por dia do consumo global de petróleo

(Tradução de Samara Leonel)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1>

Telefônica busca solução para processo contra Anatel no TCU

Rodrigo Carro De São Paulo

A Telefônica Brasil busca no Tribunal de Contas da União (TCU) uma solução consensual que lhe permita simplesmente eliminar o processo arbitral movido contra a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ou fazer um investimento inicial e outro condicionado ao resultado da arbitragem, informou o presidente da companhia, Christian Gebara. Atualmente suspenso, o processo arbitral trata do equilíbrio econômico-financeiro e da sustentabilidade da concessão de telefonia fixa da multinacional, que presta o serviço no Estado de São Paulo.

Como outras concessionárias, a empresa entende que deveria ser ressarcida pelas perdas geradas por esses desequilíbrios. A solução consensual em discussão no TCU permitiria à Telefônica resolver não só a disputa arbitral com a Anatel mas também viabilizar sua migração do modelo de concessão para o de autorização, menos engessado por obrigações regulatórias.

No mês passado, o conselho diretor da Anatel aprovou minuta de acordo, costurado pelo TCU, que permitirá à Oi - concessionária de telefonia fixa em 25 Estados - migrar para regime de autorização. No caso da Oi, o acordo - cujo valor pode superar R\$ 10 bilhões - incluiria investimentos e uma parcela sujeita ao resultado da arbitragem que a operadora move contra a Anatel, também relacionada a supostos prejuízos com a concessão de telefonia fixa.

"[O nosso modelo] pode ser esse ou pode ser vamos esquecer a arbitragem para sempre, e só definir o investimento", disse Gebara ao Valor. "Nossa intenção é resolver o quanto antes. Nosso objetivo é buscar uma solução consensual", acrescentou.

Ao comentar os resultados financeiros da companhia no primeiro trimestre, divulgados ontem à tarde, Gebara destacou que os serviços digitais cuja evolução da receita não depende diretamente de investimentos em infraestrutura de rede - como os financeiros e os de entretenimento - já respondem por quase 10% da receita líquida da Telefônica Brasil.

Esses serviços digitais - tanto para clientes finais (B2C) como para corporativos (B2B) - representaram 9,5% da receita líquida da operadora nos três

primeiros meses deste ano. Em igual período de 2023, esse percentual era de 8,6%.

Entre janeiro e março, a receita líquida da operadora somou R\$ 13,5 bilhões, incremento de 6,5% em relação ao mesmo período de 2023. O lucro líquido também cresceu, nessa mesma base de comparação. Foi 7,3% superior ao reportado nos três primeiros meses do ano passado, totalizando R\$ 896 milhões.

O lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) reportado pela Telefônica no primeiro trimestre foi de R\$ 5,3 bilhões, o que representa alta de 6,8% ante o mesmo período de 2023.

Os investimentos da multinacional no país somaram R\$ 1,9 bilhão nos primeiros três meses do ano, incremento de 11,2% em termos anuais. "Isso [incremento] foi mais por sazonalidade.

Aceleramos algum tipo de investimento nesse trimestre, porque quando você acelera o investimento no ano você tem captura de clientes mais cedo e estes clientes contribuem para o seu resultado", justificou Gebara.

O executivo reforçou que o objetivo da Telefônica, dona da Vivo, é reduzir a relação entre investimento (capex) e receita. Parte dessa estratégia depende de ampliar a receita por meio de negócios que não demandem investimentos.

Daí, a importância dada pela companhia tanto aos serviços digitais B2B (computação em nuvem, Internet das Coisas, cibersegurança) como a novos negócios B2C (financeiros, acessórios e aplicativos de entretenimento).

Para chegar este ano à meta de 29 milhões de residências com disponibilidade para contratar o serviço de banda larga via fibra óptica, a Telefônica Brasil pode recorrer aos serviços de provedores de redes neutras, disse Gebara.

"Com certeza vamos passar de 29 milhões [de casas passadas]. O que não posso dizer agora é se vou passar deste total com pura construção [própria] ou utilizando mais redes de fibra neutra", disse. Redes neutras são aquelas que podem ser contratadas de

forma isonômica, por qualquer provedor ou operadora.

Dona da Vivo, a Telefônica Brasil é sócia do grupo canadense CDPQ (Caisse de Dépôt et Placement du Québec) na empresa de rede neutra FiBrasil.

"Com certeza vamos passar de 29 milhões [de casas passadas]" Christian Gebara

7,3% foi o crescimento do lucro no 1º trimestre

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864>

Plano fiscal vira "peça de ficção" e muda jogo para ativos, diz Verde

Adriana Cotias e Anaís Fernandes De São Paulo

A divulgação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para 2025 em meados de abril foi uma mudança de jogo para um cenário que aparentava ser benigno para o Brasil, segundo Luis Stuhlberger, executivo-chefe (CEO) e de investimentos (CIO) da Verde Asset. Em apresentação a investidores ontem, o gestor disse que as estimativas de gastos e receitas versus o crescimento da economia fizeram do plano fiscal uma "peça de ficção".

"A gente via o governo petista, com o Lula falando para a plateia" comentou. "Mas o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad vinha segurando as pontas. E o governo fez um arcabouço fiscal que o mercado acreditou", afirmou. "Eu me penitencio por ter acreditado que o PT poderia minimamente ter alguma seriedade fiscal para valer." O ciclo de reformas realizadas pelos governos dos antecessores Michel **Temer**, Jair Bolsonaro e mesmo por Luiz Inácio Lula da Silva no início do terceiro mandato tinha pavimentado um ambiente relativamente positivo para o país, com desinflação significativa, aceleração da demanda por crédito, contas externas em "ótimo estado e evidências de um **PIB** potencial maior", listou Stuhlberger. "Mas voltamos ao risco fiscal. A grande facilidade para alterar o arcabouço colocou em xeque a sua credibilidade." Para um **PIB** esperado de 2% a 2,5%, o governo calculou que as receitas seriam equivalentes a 3,5%, e "logo, posso gastar o máximo do arcabouço". Aquilo que antes ele considerava ruído, parece agora ser sinal, com a percepção de que o governo vai lançar mão de todo e qualquer esforço para ganhar as eleições, "pode rasgar o arcabouço, ele é uma peça de ficção".

O extinto teto de gastos já tinha sido derrubado por "culpa não só do PT, o governo Bolsonaro fez uma boa parte disso". As despesas do Brasil pelo teto seriam de R\$ 1,9 trilhão e este ano já vão rodar a R\$ 300 bilhões acima disso. Para gastar a mais, receitas adicionais tiveram de ser criadas, chegando a R\$ 150 bilhões, com algumas de caráter transitório, como foi a antecipação de **impostos** dos ganhos auferidos em fundos fechados exclusivos e restritos e dos veículos fora do Brasil ("offshore").

Ele citou o Bolsa Família para gestantes, crianças e adolescentes, pagamento "fast track" de precatórios,

reajuste do salário mínimo acima da **inflação**, o programa Pé de Meia para 3,7 milhões de **estudantes** ganharem um bônus em dinheiro na conclusão do ensino médio.

"É um bom programa social, não vou criticar, mas é eleitoreiro, e é fabuloso. Você tem 17 anos de idade, só tem que fazer Enem, pode até tirar zero, o que estatisticamente não é possível, e vai ganhar no dia que fizer, na véspera da eleição, um cheque de R\$ 3 mil.

Em quem você vai votar? É um negócio que é feito com o dinheiro dos nossos **impostos**." Em tempos de perda de popularidade, "Lula pensa todos os dias do ano como "posso fazer mais disso, eu vou tentar conquistar mais eleitores".

Para 2025, Stuhlberger acha que o governo pode recorrer à contabilidade criativa para pagar despesas fora do orçamento, retirando do limite do arcabouço gastos com saúde, educação, prevenção de calamidades.

Trata-se de um orçamento irrealista, com despesas obrigatórias subestimadas, disse.

Só a Previdência pública traz implícita um novo dilema à frente e que está fora do controle do governo. Ele citou que, caso os entrantes na Previdência e o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sigam crescendo no ritmo atual, esse avanço das despesas sobe para 3,4% e 3,7%, pela ordem, em 2025 e 2026. "Não acho que agora tenha muito espaço para arrecadar mais, aumentar a carga tributária", afirmou.

Com tal cenário, Stuhlberger fez mudanças razoáveis na carteira do multimercado Verde. A parcela em renda variável no Brasil foi reduzida de 15% para 10% e a exposição em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), historicamente relevante, que representava até 27% do patrimônio, foi inteiramente vendida.

Simultaneamente, a casa elevou a fatia nas Treasury Inflation- Protected Securities (TIPS, dos EUA, equivalentes às "Bs" locais).

"É ter o mesmo ativo, mas estamos saindo do risco fiscal [no Brasil] nos próximos dois anos", afirmou o

gestor. Ele disse ainda ter posições em prefixados com vencimentos em 2025 e 2026.

"Tem prêmio, é bom, não é pouco, mas não sei se quero ficar." Com o fiscal mais frágil, a resposta da política monetária no Brasil tende a ser mais dura, disse.

"E o mercado já colocou isso no preço. O próprio presidente [do BC] reduziu o "forward guidance" [orientação futura] de 50 para 25 [pontos-base], mas vamos ver a mensagem no pós-25", afirmou.

"Olhando o histórico do Roberto Campos e como ele trata isso, imagino que ele possa ser mais "hawk" [pró-aperto] do que se imagina." O Copom anuncia nesta quarta-feira a sua decisão para o juro básico da economia, hoje em 10,75%. A Verde estima que, ao fim do ciclo, a Selic estará em 9,75% ao ano.

Uma regra não escrita que os formuladores de política monetária costumam seguir, segundo Stuhlberger, é ter uma Selic entre 4 e 5 pontos acima das "Fed funds", as taxas referenciais dos Estados Unidos. Com mais um corte hoje, o diferencial cai para 5,20 pontos percentuais. Quando tinha o teto de gastos, a avaliação era que o juro real de equilíbrio poderia ser menor, mas num BC petista, com a saída de Campos Neto no fim do ano, ele disse ser difícil imaginar que a autoridade monetária não vá avançar esse sinal. O fiel da balança tende a ser o câmbio.

Mas se o mercado estiver certo nos juros negociados nos EUA nos preços atuais, Stuhlberger disse que o jeito de pensar investimentos vai ter de mudar permanentemente, "porque vamos ter de conviver com um juro de um ativo sem risco muito maior do que estávamos acostumados".

R\$ 300 bi é o valor acima do teto de gastos antigo

Gestão de crédito tem novo capítulo para a asset

Com as limitações de lastro impostas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) à emissão de títulos de dívida isentos de Imposto de Renda, há algo entre R\$ 500 bilhões e R\$ 600 bilhões em recursos que podem voltar ao "mundo de investimento mais normal", segundo Luiz Parreiras, sócio da Verde Asset que pilota as estratégias de crédito dentro dos multimercados da casa há mais de uma década.

Em quatro anos, o estoque de ativos com esse perfil triplicou no Brasil, chegando a R\$ 1,1 trilhão no fim de 2023, resultando na drenagem de ativos tributados, como fundos de investimento abertos, para aqueles com incentivo fiscal.

Além do deslocamento gigante de capital, houve consequências negativas para a arrecadação federal.

"Não acho que vai voltar para os R\$ 300 bilhões de 2019, 2020, mas para algo mais próximo do que tinha em 2021", disse Parreiras.

A explosão da demanda espremeu os spreads de crédito de papéis como as debêntures de infraestrutura.

A diferença das taxas dos títulos privados em relação aos públicos, que estava entre 120 e 130 pontos-base acima das NTN-Bs no segundo semestre de 2023, hoje ronda os 60 pontos. Com a Selic em dois dígitos, "ainda é um nível de retorno razoavelmente adequado, mas tem uma série de emissões saindo sem prêmio nenhum. É o famoso risco sem retorno." Na gestão de crédito, que recém ganhou um veículo próprio - um fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC), o Ipê -, Parreiras disse não gostar dos ativos "high grade", considerados de melhor qualidade, mas com pouca gordura em relação ao CDI. "O spread de crédito é muito baixo e uma vez a cada cinco, seis anos, acontece um evento como Americanas que leva embora todo excesso de retorno que você ficou acruando nesse período." Da parceria com a Lumina Capital, de Daniel Goldberg, que adquiriu a fatia de 24,9% da Verde que pertencia ao Credit Suisse, no fim do ano passado, houve seis coinvestimentos em áreas distintas de crédito em situações especiais no exterior, com boa parte deles pagos e com bons retornos.

A transação mais recente, contou Goldberg, foi um solução para destravar investimentos em infraestrutura no Panamá, que vinha replicando experiência do Peru, que precisou contar com poupança externa sem aumentar o endividamento sob o risco de "levar um puxão de orelha do FMI".

Naquele caso, a cada 10 quilômetros de rodovias completados, o governo emitia um certificado atestando que a operadora completou aquela etapa. Esse certificado era vendido no mercado de capitais, com o carimbo público atestando ser de um título "incondicional, autônomo e irretroatável".

"Com essas três palavras, a operadora vai no banco de investimentos, monta uma SPV [sociedade de propósito], diz que vai fazer estrada em dez anos e se compromete a cada certificado vender no mercado de capitais. Assim, já levanta hoje o dinheiro que vai precisar para construir a estrada inteira", descreveu Goldberg. O dinheiro do investidor internacional era depositado num "trust", rendendo juros locais, sendo só liberado contra a emissão do certificado.

Dessa forma, criaram uma securitização que

implicitamente é um risco soberano, mas financiada pelo mercado de capitais.

Outros países latino-americanos passaram a usar suas versões de certificado, até que uma delegação do FMI visitou o Panamá, um país com grau de investimento, após financiar duas novas linhas de metrô, com a dívida saindo de 30% para 60% do **PIB**. O governo prometeu parar de fazer, mas tinha acabado de acertar com um consórcio chinês a construção de uma quarta ponte.

"Quando acabou o dinheiro, ligaram para a Lumina", que comprou os certificados com um yield de 8%, spread de dois pontos sobre os títulos soberanos, e teve retorno de 14% ao ano em dólar em pouco tempo. "Deu para financiar a ponte, montar a estrutura definitiva da securitização com o consórcio da construtora e criar a nota que ia ser emitida com base na própria nota registrada nos bancos", disse. "Investidores da Lumina e da Verde tiveram um retorno excelente."

Da parceria com a Lumina Capital, de Goldberg, houve seis casos de co-investimentos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864>

Com tragédia no Sul, inflação de alimentos poderá voltar - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A consultoria Datagro estima que os prejuízos causados à safra de arroz pelas enchentes no Rio Grande do Sul poderão chegar a R\$ 68 milhões. Para outras culturas, como soja, os cálculos ainda não foram feitos, mas é provável que o número supere a casa dos R\$ 100 milhões. No caso do milho, calcula-se uma perda de 27% área da plantada no estado. Além das culturas agrícolas, a cadeia produtiva de carnes também sofre com a calamidade, obrigando os frigoríficos a alterar a programação de abates. A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) informou que há 10 unidades processadoras de carnes de aves e suínos paralisadas pela impossibilidade de processar insumos.

Dificuldades logísticas - muitas rodovias foram destruídas pelas águas - também são obstáculos que demandarão um bom tempo para serem superados.

É certo que as perdas disseminadas por diversos segmentos do agronegócio trarão um efeito indigesto para a economia brasileira: a inflação de alimentos.

Varejo gaúcho desaba, mas vendas em supermercados avançam

Os estragos para a economia gaúcha se espalham por diversos setores. Segundo o Índice Cielo do Varejo Ampliado, as vendas do varejo local caíram 16% entre 30 de abril e 5 de maio versus o mesmo intervalo de um ano atrás. Para se ter ideia, no Brasil todo a queda foi muito inferior, de 3%. A pesquisa também mostrou que os segmentos mais afetados foram os de vestuário e alimentação (bares e restaurantes). Na contramão, as vendas em supermercados cresceram 14% com o temor do desabastecimento.

Google vai capacitar 10 startups brasileiras

O Brasil será o primeiro país a receber o programa AI Academy, criado pela Google para capacitar startups que desenvolvem soluções voltadas para a inteligência artificial. O projeto consiste em treinamento com duração de 10 semanas para as 10 empresas - sete de São Paulo, uma de Minas Gerais, uma do Rio de Janeiro e outra do Amapá - que foram selecionadas pela Google. Entre os temas abordados estão modernização de aplicativos, segurança digital e

aprendizado de máquina.

"Nosso objetivo não é reter capital além do que precisamos para manter a operação" Milton Maluhu Filho, presidente do Itaú Unibanco, ao revelar que o banco poderá pagar dividendos extras em 2024

US\$ 15 bilhões é o valor que a fabricante brasileira de celulose Suzano deverá oferecer pela compra da americana International Paper, segundo a agência Reuters. As empresas não confirmam a informação

OpenAI cria ferramenta que detecta imagens falsas

A OpenAI, criadora da Inteligência Artificial ChatGPT, lançou uma ferramenta capaz de identificar, com 98% de precisão, se uma imagem foi gerada por IA. A invenção é oportuna: graças à própria OpenAI, está cada vez mais difícil distinguir o que é trabalho de um humano ou de uma máquina. Na era em que fake news circulam a toda velocidade nas redes sociais, a solução pode ser importante para evitar que imagens falsas - como pessoas em situações constrangedoras - se espalhem pela internet.

RAPIDINHAS

» O home office perde espaço no universo corporativo brasileiro. Uma pesquisa da consultoria Robert Half constatou que 35% das empresas do país exigem a presença diária dos funcionários nos escritórios. No fim do ano passado, o índice era de 30%.

Os profissionais não querem isso - só 6% concordam com a obrigatoriedade.

» A montadora General Motors manterá a planta em Gravataí (RS) parada pelo menos até o próximo dia 10. A unidade havia interrompido as atividades desde 2 de maio para "ajustar a produção às demandas do mercado." Agora, a pausa se deve à tragédia no estado. A empresa diz que emprestou veículos para resgates de vítimas das enchentes.

» A companhia aérea Gol retomou a parceria de codeshare (compartilhamento de voos) com a South African Airways, maior companhia aérea da África do Sul. Segundo a Gol, o acordo beneficiará passageiros que embarcarão nos voos internacionais entre Guarulhos, na Grande São Paulo, e a Cidade do Cabo

e Johannesburg.

» A guerra entre a rede social TikTok e o governo dos Estados Unidos ganhou novo capítulo. A ByteDance, dona da plataforma, entrou com ação no Tribunal de Apelações dos Estados Unidos para impedir a proibição do TikTok no país. O grupo chinês alega que a decisão de Washington viola a liberdade de expressão prevista na Primeira Emenda.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5932/08-05-2024.html?all=1>

Brasil deve completar três anos sem estreia de novas empresas na Bolsa - COLUNA BROADCAST

**CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JR. E
CRISTIANE BARBIERI GABRIEL BALDOCCHI (Edição)**

A perspectiva de a bolsa brasileira completar três anos sem qualquer oferta de uma nova empresa (IPO, na sigla em inglês) cresceu recentemente e já se mostra um consenso entre vários banqueiros e gestores de investimento. Nesse grupo, estão profissionais que até pouco tempo atrás defendiam a chegada de um novo entrante antes de agosto, mês em que Raízen e Oncoclínicas fizeram as últimas ofertas no mercado brasileiro em 2021. Depois delas, houve só a oferta do Nubank, em dezembro daquele ano, mas que foi feita em Nova York, com dupla listagem na B3. Agora, quando a pergunta na Faria Lima é "quando será realizado um IPO", a maioria torce o nariz, aponta para o segundo semestre e diz que há muita incerteza sobre os juros nos Estados Unidos.

Cenário de juros ficou mais desafiador

A queda de juros no mercado americano é esperada para setembro diante da difícil leitura sobre a **inflação** no país e as crescentes turbulências geopolíticas. No mercado, há quem veja até risco de alta nas taxas. As incertezas impactam também o Brasil. A percepção é de que o Banco Central pode reduzir a intensidade dos cortes.

EUA e Europa vivem retomada

A seca de ofertas de ações por aqui se contrapõe a movimentações em mercados como Estados Unidos e Europa, onde grandes operações voltaram a ocorrer. A empresa digital de produtos de cashback iBotta levantou US\$ 578 milhões ao abrir capital na Bolsa de Nova York. O papel disparou 27% na estreia, em 18 de abril.

IPOS SÓ NO EXTERIOR

Maior estreia em Bolsa do mundo foi do grupo espanhol Puig, dono de marcas como Paco Rabanne (acima) e sócio da Granado no Brasil

QUEM MAIS. Em março, a plataforma de mídia social Reddit levantou US\$ 866 milhões e disparou 48% na

estreia, isso após vender suas ações no topo da faixa proposta. Na Europa, grandes ofertas voltaram a acontecer, incluindo a maior do ano no mundo até agora, a do grupo Puig, da Espanha, dona de marcas de perfume como Paco Rabanne e Carolina Herrera e que no Brasil é sócia da Granado. A Puig estreou na bolsa espanhola na última quinta-feira, dia 2, vendendo suas ações no topo da faixa sugerida e movimentando 3 bilhões de euros. O IPO superou o até então maior do ano, o da empresa suíça Galderma, de produtos dermatológicos. A oferta chegou a US\$ 2,6 bilhões em março, com preço saindo também no topo da faixa.

EM ESPERA. "Se uma janela de IPO se abrir em 2024 no Brasil será para nomes que têm grande necessidade de capital e o mais provável é que ocorra no final do ano", disse o CEO no Brasil do canadense Scotiabank, Paulo Bernardo. Para ele, as demais companhias vão aguardar para sentir o apetite do investidor, especialmente o estrangeiro, necessário para dar sustentabilidade às ofertas. Os demais bancos, essa taxa caiu. No Bradesco, essa linha está 7,8 pontos percentuais mais barata (estava 23,5% em janeiro de 2024). No Itaú, está 5,7 pontos percentuais menor (21,6%) e na Caixa, em 5,2 pontos (22,8%).

DESFAVORÁVEL. A grande questão no momento, avalia o executivo, é o custo de oportunidade: o juro alto no exterior e a proximidade de eleições presidenciais nos Estados Unidos, que sempre geram volatilidade, jogam contra. O Scotiabank estava entre os coordenadores do IPO da Raízen, o último a sair antes de a janela se fechar no Brasil.

ALTERNATIVA. Enquanto o mercado não ganha tração, banqueiros olham para Nova York como uma saída para grupos brasileiros. "Vai ser uma alternativa para empresas brasileiras, mas não funcionará para todas", diz o responsável pela área de mercado de capitais e renda variável do Goldman Sachs Brasil, Fabio Federici.

AQUISIÇÃO. A multinacional alemã Kaefer ampliou a operação no Brasil e comprou o Grupo Teckma, de São Paulo. O valor da aquisição não foi revelado, mas segundo fontes é a maior aquisição da história do grupo de mais de cem anos. A empresa é

especializada em infraestrutura e serviços industriais, com faturamento acima dos 2 bilhões de euros. Os alemães estão no Brasil esta semana para anunciar o negócio.

Após a aquisição, as duas empresas vão faturar juntas cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano no País. Fundada em 1918 em Bremen, a Kaefer atua em mais de 30 países, com mais de 30 mil funcionários.

RECORDE. Os FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios) bateram recorde em patrimônio líquido (PL) no primeiro trimestre deste ano, quando foram lançados 476 fundos. Ao todo, os 2.483 FIDCs em operação em março somavam um PL de R\$ 504 bilhões, segundo levantamento do Martinelli Advogados, escritório com expertise no segmento.

Além de recorde, o número representa crescimento de 29% em relação ao PL total do mesmo trimestre de 2023.

SOBE

Emprego na indústria de alimentos cresce 3,5%

A expansão de vagas formais na indústria de alimentos cresceu 3,5% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2023. Um levantamento feito pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) com base em dados do Ministério do Trabalho e do IBGE mostrou que houve uma expansão de 68 mil vagas formais e diretas na indústria nos primeiros três meses de 2024. Ante dezembro, o incremento foi de 0,5%.

DESCE

IRB cai quase 9% na B3 sob impacto da tragédia no RS

A ação do IRB Re, resseguradora brasileira, teve a segunda maior queda do pregão desta terça-feira na carteira teórica do Ibovespa. O papel ON recuou 8,77% e encerrou a sessão cotado a R\$ 39,22. A tragédia climática no Rio Grande do Sul colocou em alerta analistas, como Vitor Miziara, sócio da Performa Ideias, que preveem o acionamento de resseguros no Estado diante da severidade dos estragos em metade dos municípios do Estado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para evitar alta de preços

**SÉRGIO ROXO, KAROLINI BANDEIRA, ALICE CRAVO,
ELIANE OLIVEIRA, ANA FLÁVIA PILAR E JULIANA
CAUSIN BRASÍLIA E SÃO PAULO**

Diante da perspectiva de impacto das enchentes do Rio Grande do Sul no preço dos alimentos e na **inflação**, o governo anunciou ontem que editará uma medida provisória para viabilizar a importação de até 1 milhão de toneladas de arroz para suprir as perdas provocadas pelas inundações. O estado responde por 70% da produção nacional e, embora haja estimativas divergentes, as perdas são calculadas em 10% a 17% da safra, considerando o que não foi colhido e o que está armazenado. Segundo o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, o objetivo é evitar que haja especulação sobre o preço do produto, com aumento para o consumidor. A compra deverá ser feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

-O Rio Grande do Sul detém 70% da produção de arroz do Brasil. Tivemos perdas de arroz que estava nos armazéns alagados. Além disso, a grande dificuldade é a logística, tirar o arroz do Rio Grande do Sul e levar para o centro de distribuição. Está sendo preparada MP (medida provisória) autorizando a Conab a fazer compras na ordem de 1 milhão de toneladas -disse Fávaro, após reunião sobre a tragédia, no Palácio do Planalto.

IPCA: EFEITO DE ATÉ 02 PONTO

Economistas estimam que o impacto no IPCA, o índice oficial de **inflação**, pode ser de 0,1 a 0,2 ponto percentual no ano, em razão do efeito de alta nos alimentos provocado pelas enchentes no estado.

A previsão neste ano era de uma safra de 7,4 milhões de toneladas de arroz, mas o cálculo foi feito antes das chuvas. O mercado brasileiro de arroz é relativamente ajustado, e a produção nacional se aproxima do consumo doméstico, que, anualmente, é de cerca de 10 milhões de toneladas.

Para reabastecer estoques em períodos de chuva excessiva ou de secas, que afetam o plantio, o Brasil importa cerca de 1 milhão de toneladas por ano, a maior parte do Paraguai, que entra por terra pelo Mato Grosso do Sul. Por isso, a tendência é que a maior parte da importação seja do país vizinho.

O ministro frisou que o produto importado não será vendido a atacadistas para não prejudicar agricultores. O arroz será direcionado a mercados de bairros

periféricos das grandes cidades: - Não é para concorrer, não vai comprar arroz e vender para os atacadistas. É para evitar desabastecimento.

Inicialmente, serão importadas 200 mil toneladas de arroz descascado e empacotado.

- Se formos rápidos na importação, evitamos o aumento (de preços) -disse Fávaro.

O presidente da Conab, Edegar Pretto, afirmou que a empresa fará leilões de compra de arroz nos países do Mercosul.

Além da importação de arroz, o Ministério da Agricultura recomendou que sejam suspensos, por 90 dias, pagamentos de empréstimos de produtores agrícolas do estado. O pleito foi apresentado pela federação de agricultura do RS.

Antes do anúncio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já havia defendido, em entrevista a rádios, a importação do produto: -Agora com a chuva, acho que nós atrasamos de vez a colheita (do arroz) do Rio Grande do Sul. Se for o caso, para equilibrar a produção, a gente vai ter que importar arroz, a gente vai ter que importar feijão, para que a gente coloque na mesa do povo brasileiro um preço compatível com aquilo que ele ganha.

Na mesma entrevista, sem citar diretamente Jair Bolsonaro, Lula lembrou dos temporais que atingiram a Bahia em 2022, quando 25 pessoas morreram. Bolsonaro não visitou a região. Lula disse que "o presidente da República estava passeando de jet ski em Fernando de Noronha e não se preocupou." A consultoria DataAgro estima perdas de 10% a 11% na produção de arroz do estado. Mas outras culturas devem ser afetadas. A empresa prevê perdas de 3% a 6% na soja e de 2% a 4% no milho.

IMPACTO EM SOJA E RAÇÃO

Segundo Gedeão Silveira Pereira, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), além da suspensão de dívidas de produtores rurais, o setor pede que o governo crie linhas de crédito com o Tesouro como garantidor e juros mais baixos. Segundo ele, o efeito na soja preocupa. O estado é o segundo maior produtor do país.

-O Rio Grande do Sul inteiro tem soja hoje, e não é só

uma questão para as áreas alagadas. Nossa preocupação é que, se seguir chovendo, a produção de soja começa a se deteriorar, ela perde qualidade - disse.

A Cogo Inteligência em Agronegócio estima que 30% da safra de soja ainda não foram colhidos. No caso do arroz, a previsão é que essa proporção seja de 22%.

Cálculos da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) indicam que dez unidades produtoras de carne de aves e de suínos estão paradas ou com dificuldade de operar. O estado responde por 11% da produção de carne de frango e 19,8% da de suínos. Além da produção de animais em si, há dificuldades para adquirir ração para alimentá-los.

FATIA DE 6% A 7% DO **PIB**

Em relatório, o Goldman Sachs afirma que o arroz é uma cultura importante para a cesta básica do brasileiro e que o mercado já começou a revisar para cima as previsões de **inflação** doméstica de alimentos. O banco destaca ainda que o estado é responsável por 7% das vendas no varejo e cerca de 6% das vendas do comércio eletrônico no país.

Tatiana Pinheiro, economista-chefe de Brasil da Galapagos Capital, diz que o peso do arroz não é tão grande no índice de **inflação**, mas a soja afeta outros produtos: - O peso do arroz não é tão alto no IPCA. Já o peso da soja aparece no bife, no peito de frango, no preço do ovo e do leite, justamente por causa da ração, além do próprio óleo de soja. O que a gente calcula é um impacto entre 0,1% e 0,2% adicionado ao IPCA.

Segundo Fábio Romão, da LCA Consultores, os primeiros sinais de impacto vão aparecer no preço do arroz, entre os meses de maio e julho. No segundo momento, devem chegar ao óleo de soja e a algumas proteínas.

A produção agrícola é a face mais visível de um impacto econômico que os analistas ainda tentam mensurar, face ao desastre no estado. O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Rio Grande do Sul representa fatia de 6% a 7% do **PIB** nacional. Além do impacto no preço dos alimentos e na **inflação**, as restrições logísticas e de circulação devem ter efeito no varejo, na indústria e nos serviços.

"Se formos rápidos na importação, evitamos o aumento (de preços)" Carlos Fávaro, ministro da Agricultura

"Agente vai ter que importar arroz, a gente vai ter que importar feijão, para que a gente coloque na mesa do

povo brasileiro um preço compatível com aquilo que ele ganha Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governos gastadores ficam à mercê de rentistas - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

A dívida mobiliária do governo federal voltou a crescer. Está em R\$ 6,64 trilhões, o que representa 60% do **PIB**; cifra elevada na comparação com países parecidos. Isso significa que um grande volume de recursos é direcionado para financiar o governo, em detrimento do investimento privado.

A dívida elevada tende a ser mais cara, especialmente em economias não avançadas. Não só o espaço para redução dos juros básicos do Banco Central é menor, como o prêmio demandado por investidores é maior.

A decisão de quanto gastar é do governo, mas os juros dependem em grande medida da confiança dos investidores na qualidade da gestão fiscal.

Importantes esforços foram feitos na primeira década dos anos 2000 para reduzir o estoque da dívida - a dívida mobiliária saiu de 60% do **PIB** em 2001 para 40% em 2013. Sucessivos superávits nas contas do governo (resultado primário, que exclui o pagamento de juros) levaram à emissão líquida negativa de títulos públicos. Não por coincidência, houve redução do custo da dívida e da taxa de juros estrutural da política monetária (ou taxa neutra, que é aquela que mantém a **inflação** na meta, com a economia operando sem ociosidade ou uso excessivo dos fatores de produção). Esta última teria caído de algo como 8,5% ao ano em termos reais em 2001 para cerca de 3,5% em 2013, de acordo com alguns cálculos do BC.

No entanto, a piora dos resultados fiscais a partir de 2012, inclusive mascarada por "contabilidade criativa" (como as "pedaladas"), voltou a exigir emissão líquida de dívida, enquanto seu custo se elevava, bem como a taxa de juros estrutural. O resultado foi a inflexão na trajetória da dívida, que voltou a crescer como proporção do **PIB**. A alta só não foi maior por conta da própria queda da demanda por títulos públicos, como reflexo da menor confiança de investidores.

Isso acabou acarretando o crescimento de operações do BC para enxugar o consequente aumento da liquidez da economia, as chamadas operações compromissadas.

As compromissadas, com estoque atual de mais de 12% do **PIB**, atendem a uma demanda por liquidez de

curto prazo. Seu comportamento é um termômetro da confiança de investidores -exceto o período de grande impulso no seu crescimento, resultante do (acertado) aumento de reservas internacionais pelo BC, principalmente entre 2005 e 2012 (ao comprar dólares, o BC injeta reais no sistema, sendo a maior liquidez enxugada por meio das compromissadas).

Os esforços fiscais a partir de 2016 trouxeram um impacto benigno no custo da dívida, mas a fraqueza da economia, inclusive com recessão em 2015-16, cobrou seu preço, dificultando a melhora dos indicadores fiscais. Além disso, houve a necessidade de reconhecer dívidas associadas às pedaladas dos anos anteriores. Mais importante, e ironicamente, o ganho de confiança dos investidores aumentou a demanda de papéis do governo, contendo o crescimento das operações compromissadas (como proporção do **PIB**).

A pandemia gerou nova onda de gastos e aumento da dívida, mas ao final de 2022 os indicadores voltaram ao patamar de 2019.

O quadro atual, com déficits primários elevados e persistentes, renova a preocupação com a dinâmica da dívida. Não só pela sua elevação, mas pela deterioração adicional do seu perfil.

Do ponto de vista do financiamento do governo, a situação ideal é que a dívida seja de longo prazo e com taxas prefixadas no momento da sua emissão. A materialização desse ideal depende das condições de mercado. Se o ambiente é mais arriscado, com piora de indicadores fiscais, o custo da dívida se eleva e os investidores dão preferência a papéis com prazo mais curto e taxas pós-fixadas. Isso limita bastante a capacidade do Tesouro de melhorar o perfil da dívida.

A participação de títulos prefixados está na casa de 23% do total, ante 28% ao final de 2022. Considerando o ciclo de corte de juros do BC, era de se esperar alguma recuperação. São cifras muito distantes do pico de 43% em 2013, quando havia maior interesse de estrangeiros pelo país "investment grade".

Em relação aos prazos, o quadro pouco mudou, mas as operações compromissadas têm crescido como proporção do **PIB** desde 2022, o que é um sinal

desconfortável.

O caminho para uma dívida menos onerosa e com perfil mais saudável depende de sua redução. E isso requer responsabilidade fiscal. Não há atalhos aqui.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com tragédia, previsão é que alimentos fiquem mais caros

Lucianne Carneiro

Diante do agravamento da tragédia no Sul, economistas começam a revisar para cima as projeções de alta de preços de alimentos para 2024. Responsável pela cobertura de **inflação** na LCA Consultores, o economista Fabio Romão elevou sua estimativa para a variação na alimentação no domicílio em 2024 de 3,9% para 4,5%. O maior impacto vem através do arroz - cultura que o Rio Grande do Sul concentra 70% da produção brasileira -, mas também se vislumbra efeitos no complexo de proteínas - incluindo carnes e leite -, em trigo e frutas. A XP Investimentos também aumentou a expectativa para a alimentação no domicílio, de 3,8% para 4,5%. Já o Santander elevou o chamado tracking para esse grupo de uma alta de 3,3% para 3,8%, em **comunicado** a clientes. O banco diz que esta não é a projeção oficial, mas uma taxa atualizada com mais frequência.

"A relevância do Rio Grande do Sul na produção, principalmente do arroz, explica os efeitos nos preços de produtos agropecuários.

Nossa projeção considera o que se enxerga de efeito até agora, mas pode ser mais", afirma Romão.

O impacto mais direto é no arroz, cujo preço deve subir 4% em 2024, segundo ele, ante variação anterior perto da estabilidade. Isso significa que o subgrupo cereais, leguminosas e oleaginosas terá alta de 1% este ano, ante deflação esperada de 1,6%.

Mas há efeitos em outros produtos: foram ampliadas as previsões para farinhas, féculas e massas e SILVIA COSTANTI/VALOR panificados (de 1,6% para 2,1%), leite e derivados (de 1,9% para 3%), carnes (de 0,9% para 2%), óleos e gorduras (de 2,6% para 3,6%) e frutas (de 10,3% para 11,1%). Boa parte da colheita da uva já foi concluída, mas os problemas de logística explicam a mudança.

"Essa crise fortalece a perspectiva de uma alimentação mais alta em 2024 que em 2023 [-0,5%], embora ainda abaixo da média de 7,6% dos últimos dez anos", diz Romão.

Para o grupo de alimentos e bebidas como um todo, o número passou de 4,3% para 4,8%. Já a alta da alimentação fora de casa subiu de 5,4% para 5,6%.

O reflexo da tragédia no Sul fica mais claro no atacado: a projeção da LCA para o IPA agropecuário no ano agora é de 4,6%, ante 2,7%. Presidente da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (Asserj), Fábio Queiróz afirma que o preço do arroz no atacado já subiu 10%, mas por enquanto não há efeito na gôndola. Se as dificuldades de logística persistirem por mais alguns dias, parte disso pode chegar ao consumidor, alerta ele, que recomenda substituições do arroz por outros carboidratos.

Por enquanto, o aumento nas projeções para os preços de alimentos não afetou as estimativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) porque houve revisão para baixo em outros itens, tanto pela XP quanto pela LCA Consultores.

Pelas contas da LCA, a alta de habitação em 2024 foi reduzida de 3,5% para 3,2%, enquanto a de transportes caiu de 1,6% para 1,4%.

O economista da XP Alexandre Maluf diz que a mudança em alimentos traz viés de alta para o IPCA em 2024. "Mas boa parte da alta de alguns preços deve ser revertida até dezembro", nota.

A revisão para cima da alta dos alimentos em 2024, no entanto, não é unanimidade. O economista-chefe e sócio da G5 Partners, Luis Otávio Leal, vê por enquanto um efeito temporário da alta de preços, que tende a ser diluída ao longo do ano. Sua expectativa é de 0,1 a 0,2 ponto percentual no IPCA dos meses de maio e junho. Outro fator que pesa, segundo ele, é o fato de que sua projeção para a alimentação no domicílio está em 7%, mais pessimista que o restante do mercado.

"Mais de 80% da safra de arroz já foi colhida, mas é preciso avaliar a qualidade do armazenamento.

Além disso, temos 95 pontos de interdição nas rodovias gaúchas. Isso afeta o escoamento. Com menos produto chegando, a oferta cai e o preço sobe. Mas ainda vejo um efeito temporário", diz.

"Temos 95 pontos de interdição nas rodovias gaúchas.

Isso afeta o escoamento" Luis Otávio Leal

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

"Juros por Educação" é aposta para promover ensino técnico no país

Murillo Camarotto, Rafael Bitencourt e Jéssica Sant'Ana

O governo federal conta com o programa Juros por Educação - que propõe reduzir os juros da dívida cobrada dos Estados em troca da ampliação das matrículas no ensino médio técnico - para expandir essa política pública e elevar o Brasil ao patamar das economias mais desenvolvidas que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na visão de autoridades do Executivo e especialistas em educação, essa seria uma saída inovadora com potencial impacto positivo na produtividade, combate à evasão escolar e qualificação da mão de obra nacional. Por outro lado, governos estaduais ainda aguardam detalhes da proposta, que terá de passar pelo Congresso.

"Precisamos de recursos para induzir essa política, então aproveitar a redução dos juros dos Estados para buscar elevar o país a patamares da OCDE é fundamental, são ganhos sociais e econômicos importantes para o Brasil e para os Estados brasileiros", afirmou o ministro da Educação, Camilo Santana, durante evento organizado pelo Valor em parceria com Itaú Educação e Trabalho e Todos Pela Educação. Ele destacou que o governo Lula quer chegar até 2026 com mil institutos técnicos federais, mas que, mesmo com a expansão, não será suficiente para que cada Estado do país tenha 37% dos alunos do ensino médio matriculados em escolas técnicas ou realizando cursos equivalentes de forma concomitante. Essa é uma meta que foi estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC).

"É preciso ter um esforço coletivo dos Estados para a gente garantir um avanço mais rápido do ensino técnico no Brasil", disse Santana, ressaltando a importância da qualificação dos jovens para a produtividade e para o crescimento da economia brasileira. O ministro frisou, ainda, que o governo federal apenas define as políticas públicas, mas são os Estados e os municípios os responsáveis por grande parte da execução.

Atualmente, as dívidas dos Estados com a União são corrigidas pela **inflação** mais 4% ao ano ou pela Selic, o que for mais vantajoso. O programa propõe uma redução para juros real de até 2% ao ano para os Estados que expandirem as matrículas no ensino médio técnico de 2025 a 2030. O dinheiro que deverá

ser usado na expansão é o que será economizado com o serviço da dívida.

Para os Estados que aplicarem ao menos 50% da economia na criação e ampliação de matrículas, a taxa de juros será de 3% ao ano mais **inflação**.

Ao aderir à faixa que dá juros reais de 2,5% a.a, o ente federado precisa aplicar ao menos 75% da economia no ensino técnico. Já a faixa com os juros mais baixos (2% a.a + IPCA) exige investimento integral.

O programa foi apresentado pelo Executivo aos governadores e está agora na fase de negociação antes de ser proposto formalmente por projeto de lei ao Congresso. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou no evento que a proposta é uma ideia aberta a aprimoramentos. Também destacou a importância do diálogo federativo para avançar na agenda.

"O diálogo federativo tem sido reforçado", afirmou, acrescentando que o presidente Lula tem chamado governadores de diversas orientações ideológicas para pensar o Estado.

"Esse é o caminho que vamos seguir adotando até o fim do governo." Segundo ele, a proposta é uma alternativa inovadora à discussão jurídica sobre o assunto. "Os Estados já estavam judicializando o tema na Suprema Corte, mas não queremos discutir adaefer num a taxa de juros que a pagar. Por que não apostar no novo, num caminho que a gente quer para desenvolvimento do país?", afirmou o secretário.

Durigan também disse que a dívida dos Estados é tema recorrente e que reaparece agora com a tragédia climática vista no Rio Grande do Sul - um dos entes com o maior saldo devedor. Ele afirmou que será dada resposta específica para a dívida do Estado, que teve mais de 300 cidades atingidas pelas enchentes.

O saldo devedor dos Estados atinge a cifra de R\$ 740 bilhões, segundo números do Ministério da Fazenda. Do total, quatro Estados - São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais - representam R\$ 660 bilhões, o equivalente a 90% do estoque da dívida.

Já o governador da Paraíba, João Azevêdo (PSB),

afirmou durante o debate que o programa não pode privilegiar apenas Estados que têm dívidas maiores em detrimento daqueles com menor débito. "É preciso um pouco mais para os Estados que fizeram seus deveres de casa. Porque pelo programa, para os Estados que não têm dívida ou que têm dívidas pequenas, será permitido apenas uma agilização dos empréstimos concedidos", disse o governador.

Ele defendeu que o governo federal faça uma análise da demanda individual de cada Estado, pois além daqueles com as finanças em ordem, há ainda entes federativos que já investem bastante no ensino técnico.

Durigan acrescentou que "nenhum Estado vai ser deixado para trás" no programa. "Estudamos uma linha de financiamento especial para os que tenham menos dívida. O benefício vai ser menor, porque a dívida é menor, mas vão ser abertas outras frentes de trabalho." Há alguns Estados, por exemplo, que defendem usar a economia que será gerada com a redução de juros para investir em infraestrutura de saneamento. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, um dos idealizadores do programa, disse que, caso uma proposta dessa avance, o governo teria de pensar em alguma outra regra ou trava para garantir que a economia com os juros seja usada mesmo para investimento, e não para outros fins.

Ceron pontou que, com a expansão do aporte federal no Fundeb (o fundo da educação), os Estados vão conseguir absorver o custo do incremento da rede de educação técnica.

"Nós não vamos impulsionar despesas correntes que, depois, não vão poder ser suportadas", destacou.

O secretário executivo-adjunto do Ministério da Educação (MEC), Gregório Grisa, rebateu as críticas de que o programa servirá para "premiar" Estados endividados. Segundo ele, isso decorre de um raciocínio "muito singelo", que também rendeu questionamentos semelhantes na época do lançamento do ProUni.

"Em relação às grandes dívidas [dos Estados], a lógica do litígio não tem dado certo, porque os Estados encontram alternativas políticas dentro do Congresso e dentro do Supremo para, de alguma forma, ou se isentar, ou suspender, ou ter uma alternativa de não pagamento", disse Grisa. "Como se trata de um recurso que, a grosso modo, não virá, faz todo o sentido você endereçar para uma pauta nobre que, no médio e longo prazos, vai potencializar a saúde financeira daquele Estado." O secretário também defendeu que programas de formação técnica olhem

para as "vocações" de cada Estado.

Segundo ele, há demandas locais relacionadas à preservação do meio ambiente que não estavam mapeadas há dez ou há 20 anos, e que hoje oferecem oportunidade de emprego para quem se especializou na área. Sobre a dinâmica do mercado, disse que o curso técnico deve respeitar a dinâmica do "eixo tecnológico".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1>

Corte menor da Selic manterá pesada carga de juros na dívida (Editorial)

Os investidores aumentaram as apostas na elevação de juros de longo prazo, empurrando a curva futura do custo do dinheiro para além de 6% acima da **inflação**, taxa severamente restritiva para a economia brasileira. A mudança das metas fiscais foi o principal fator doméstico para a reavaliação. A cautela do Federal Reserve americano em iniciar o ciclo de queda dos juros acabou colocando um piso para a redução dos juros domésticos nos cálculos dos mercados financeiros. A calibragem dos juros brasileiros em função desses dois fatores será feita hoje na reunião do Comitê de Política Monetária. O Banco Central mudou sua orientação unívoca, de mais um corte de 0,5 ponto percentual, para um horizonte aberto de possibilidades.

O boletim Focus divulgado na segunda-feira mostrou algo desagradável: as expectativas sobre a **inflação** futura, que nunca chegaram a coincidir com a meta para os próximos anos, de 3%, começaram a se afastar do alvo. Paradas em 3,5% há meses, subiram para 3,64% em 2025, ano para o qual está voltada agora a política monetária, indicando uma desancoragem maior. Tanto na coleta do Focus quanto nas enquetes feitas pelo Valor, a taxa de juros ao fim de 2025 e 2026 está aumentando.

Pesquisa feita pelo Valor com 118 instituições financeiras e consultorias revelou que a mediana das expectativas para a taxa Selic em 2024 será de 9,75%, uma alta significativa de 0,75 ponto percentual em relação às previsões de março. A maioria dos consultados prevê um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de hoje, ante 41 instituições que acreditam que o BC seguirá a orientação dada pelo último encontro, de 0,5 ponto. Mesmo assim, entre as instituições, não há mais quem acredite que os juros encerrarão o ano abaixo de 9%, como nas pesquisas anteriores, onde se vislumbrava redução para até 8,5%.

Enquanto o cenário externo se torna mais incerto, a **inflação** doméstica, ao contrário, segue em queda, embora lenta. O IPCA de março ficou abaixo das expectativas, em 0,16%, e atingiu em doze meses 3,93%, ainda distante da meta. O índice se cercou de boas notícias, como a redução dos núcleos de **inflação**, inclusive o de serviços, e do grau de difusão do reajuste de preços. De qualquer forma, não é um resultado seguro. O mercado de trabalho está

aquecido, a taxa de desemprego é a menor desde 2015, e o rendimento médio do trabalhador subiu 4% acima da **inflação**, o que levanta o temor de que esse aumento de custos para as empresas será repassado mais à frente aos preços.

Tudo dependerá do crescimento da economia. As previsões encostaram em 2%, com viés de alta. Se o **PIB** ficar pelo terceiro ano consecutivo acima do que é estimado como seu potencial (1,9%), há chances de que a **inflação** demore bem mais a cair ou até se eleve um pouco. O desastre climático no Rio Grande do Sul contribui com um fator pontual negativo: as inundações elevarão momentaneamente preços de alguns alimentos, notadamente o arroz, do qual é o maior produtor. Especialistas estimam um efeito de até 0,2 ponto percentual no IPCA, com margem para surpresas. O problema é que as projeções para o IPCA do ano já estavam em alta.

O motivo principal para as revisões, a mudança da meta fiscal, aparece como discreto coadjuvante nas últimas atas do Copom, possivelmente para não provocar nova onda de ataques ao Banco Central impulsionada pelo Planalto. Mas se o BC estacionar os juros no nível sugerido pelo boletim Focus, a própria situação fiscal deve piorar. A evolução das contas públicas em março, divulgada ontem pelo BC, dá uma ideia aproximada do custo da política de juros muito altos vigentes. Nos doze meses encerrados no mês passado, a carga financeira da dívida bruta do governo geral atingiu R\$ 745,7 bilhões, ou 6,76% do **PIB**. O déficit nominal, que soma o resultado primário deficitário (R\$ 252,9 bilhões) com os compromissos financeiros, encostou em R\$ 1 trilhão e não dá sinais de que vá encolher a curto prazo.

No que se refere ao déficit nominal, as estimativas do mercado consideram uma Selic ao fim do ano 0,75 ponto percentual acima do previsto anteriormente, em março, o que significa que o Tesouro estará pagando mais R\$ 33,85 bilhões do que desembolsaria se as expectativas do Focus não piorassem e fossem ratificadas pelo Copom. Da mesma forma, o dólar se valorizou em relação ao real em 4,42% no ano até ontem, e, a julgar pelas indicações dos analistas, pode até ir um pouco mais longe. Mantida essa variação atual até o fim do ano, a conta acrescentaria mais R\$ 42 bilhões na dívida bruta. Juntos, são mais R\$ 75 bilhões no endividamento.

O governo tem condições de melhorar essas contas, caso se convença de que não deve aumentar seus gastos e tente seriamente cumprir a meta de déficit zero este ano. Fazê-lo possibilitaria queda maior dos juros, redução do déficit nominal, menor necessidade de financiamento e possivelmente alguma valorização do real. Para isso, precisaria dar sinais eloquentes de que se preocupa de fato com déficits fiscais e cumprimento de metas de inflação.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

Percepção da economia é o desafio de Biden (Artigo)

Martin Wolf

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Os planos de Trump para um segundo mandato são os de um ditador. Esse desejo já ficou evidente em sua tentativa de anular o resultado da última eleição presidencial e na insistência para que a Grande Mentira de que venceu, se tornasse a Grande Verdade do Partido Republicano.

Além disso, ele disse recentemente à revista "Time" que construiria grandes campos de detenção para imigrantes sem documentação, mobilizaria o Exército dos Estados Unidos internamente, ordenaria aos procuradores dos EUA que processassem pessoas de quem ele não gosta, perdoaria os insurrecionistas do 6 de janeiro de 2020 e encheria sua administração de pessoas leais. Ele também lançaria dúvidas sobre as garantias de segurança da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), abrindo assim a Europa ao seu amigo Vladimir Putin, e lançaria uma guerra comercial global.

Resumindo, o retorno de Trump ao poder nos EUA, o porta-estandarte da democracia liberal no mundo, poderia se mostrar o momento em que o despotismo arbitrário tornou-se, mais uma vez, a forma normal de governança humana. Isso ameaça tornar as eleições presidenciais daqui a seis meses vitais não só para o futuro dos EUA, como do mundo todo.

Isso, conforme disse Joe Biden, há muito é o que está em jogo para o seu governo. Ainda assim, os americanos não decidirão o resultado sobre questões constitucionais, por mais vitais que elas sejam. A prioridade deles é a economia. Quanto a isso, as notícias para Biden são ruins: segundo uma pesquisa publicada pelo "Financial Times" no mês passado, 55% dos eleitores desaprovam seu desempenho econômico. Isso ajuda a explicar por que as pesquisas mostram números tão apertados entre Biden e Trump.

Essas dúvidas sobre o desempenho econômico do governo são surpreendentes. Comparativamente, o desempenho da economia dos EUA tem sido um triunfo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB per capita dos EUA subirá 8,3% entre 2019 e 2024, apesar da pandemia. Isso é muito

melhor do que em qualquer outra grande economia de alta renda. No Reino Unido, por exemplo, o número comparável é de menos 0,2%.

O argumento em defesa de Biden é apresentado com detalhes no Relatório Econômico do Presidente, publicado em março. É um bom argumento. Nas palavras de uma autoridade de alto escalão com quem estive na semana passada em Washington: "Esse é o melhor exemplo de uma recuperação dos EUA no lado da oferta desde os anos 60". O desempenho em termos de crescimento econômico, empregos e investimentos tem sido excelente. A **inflação** também caiu bastante sem o aumento do desemprego que alguns alertavam que poderia ser necessário.

A taxa de desemprego no primeiro trimestre deste ano foi de 3,8%, abaixo do número de três anos antes, de 6,2%. No mesmo período, o consumo pessoal real aumentou 9,8% e os investimentos fixos não residenciais privados aumentaram 14%. Os investimentos reais em estruturas industriais aumentaram espantosos 101% entre os primeiros trimestres de 2022 e 2024. A taxa de participação na força de trabalho para aqueles com idades entre 25 e 54 anos foi de 83,5% em abril, um nível não superado desde 2002. As unidades de habitação privada em construção estão perto de 1,7 milhão de unidades, um nível não igualado no último meio século.

Isso é um boom econômico. É também um dos mais importantes experimentos na avaliação do impacto do bom funcionamento de uma economia sobre os mercados de trabalho. Uma constatação significativa do relatório é que as disparidades raciais no desemprego e no emprego caíram bastante e as oportunidades para os deficientes também aumentaram significativamente.

Por trás desse desempenho está uma onda de legislação de alto perfil que inclui o Plano de Resgate Americano, a Lei de Redução da **Inflação** (IRA) e a Lei dos Chips e da Ciência. Uma visão surpreendentemente comum é que Biden está quase senil. Na verdade, este tem sido o governo mais hiperativo desde os anos 60. A energia de Biden tem sido surpreendente.

Então, por que diante desse histórico aparentemente impressionante tantos eleitores estão tão céticos?

Sem dúvida, um motivo é que há muitos opositores ferrenhos ao "grande governo" que Biden levou para os EUA. Mas se os libertários fossem uma força realmente poderosa hoje, Trump não estaria liderando os republicanos.

Um motivo mais importante é a **inflação**. As pessoas a odeiam. Além disso, depois de um período de **inflação** elevada, baixá-la novamente não é suficiente, ou pelo menos não por um bom tempo. O nível dos preços subiu quase 20% desde que Biden foi eleito. As pessoas perceberam isso. Curiosamente, aqueles que notam grandes aumentos nos preços nos supermercados parecem extrapolá-los para a **inflação** de forma mais ampla. Levará um tempo para esquecer quanto custavam as coisas antes dos saltos recentes.

Um problema relacionado é o congelamento do mercado da habitação. Quem quer vender uma casa quando comprar uma nova significa substituir um financiamento barato a taxas fixas por um bem mais caro? Esse problema persistirá enquanto as taxas de juros permanecerem muito acima do que estavam.

Mais importante é o fato de as percepções sobre a economia serem políticas, com os republicanos vendo uma economia ruim quando seus adversários estão no poder e vice-versa. Hoje, as pessoas não têm apenas suas opiniões; elas têm seus próprios fatos. A economia que elas veem não é a economia que elas experimentam no dia a dia. Isto deve-se, sem dúvida, em parte ao atual cenário terrivelmente irresponsável dos meios de comunicação, que normalizou a mentira e, não menos importante, o próprio Trump.

Robert Reich, ex-secretário do Trabalho dos EUA, acrescenta que muitas pessoas comuns simplesmente não gostam da economia em que estão, mesmo que ela seja melhor do que era há alguns anos. Elas também acreditam que Trump pelo menos está lutando por elas. Este é o tipo de estilo retórico que importa mais do que a realidade econômica.

Sejam quais forem os motivos, há apenas seis meses para mudar a opinião das pessoas. Além disso, as notícias econômicas poderão piorar, especialmente se os juros altos finalmente provocaram uma desaceleração acentuada ou mesmo se eles subirem.

A eleição parece tão próxima quanto seu resultado é crucial. Somente os americanos irão contestá-lo. Nós, espectadores, só podemos esperar por um resultado feliz.

Hoje, as pessoas têm seus próprios fatos. A economia que elas veem não é a que experimentam no dia a dia. Isto deve-se em parte ao atual cenário irresponsável da imprensa, que normalizou a mentira e, não menos

importante, o próprio Trump

(Tradução de Mário Zamarian)

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864?page=1§ion=1)**

Com crise no RS, governo deve importar arroz para evitar alta de preços no país

Rafael Walendorff, Fabio Murakawa, Fernanda Pressinott e Nayara Figueiredo De Brasília e São Paulo (Colaborou Paulo Santos, de São Paulo)

Em meio aos reflexos das enchentes na agropecuária do Rio Grande do Sul, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmou ontem que sua equipe está preparando o texto de uma medida provisória para permitir a importação direta de até 1 milhão de toneladas de arroz pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A intenção, segundo ele, é evitar especulação e aumentos exacerbados de preço no mercado.

O movimento mostra a preocupação do governo com possíveis efeitos de eventual desabastecimento de produtos na **inflação**, tema que afetou a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recentemente.

Após reunião na Sala da Situação (comitê que reúne vários ministros) no Palácio do Planalto, Fávaro disse que a ideia não é concorrer com os agricultores gaúchos, que produzem 70% da safra de arroz do país.

A publicação da MP dependia da aprovação, pelo Congresso Nacional, do decreto de calamidade pública no Rio Grande do Sul, concluída ontem. Além disso, haverá necessidade de edição de uma outra MP para abertura de crédito extraordinário para a Conab importar o arroz.

Segundo o ministro, a ideia inicial é comprar 200 mil toneladas de arroz beneficiado e empacotado em um primeiro leilão, após a MP ser publicada e regulamentada pelos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. A comercialização deverá ser feita em vendas de balcão pela Conab, em Estados do Norte e Nordeste.

"O governo não pensa em concorrer com os produtores de arroz que já passam dificuldades. Não é concorrer, não vamos comprar para vender para atacadistas. É para evitar a especulação", disse Fávaro.

Segundo ele, se a importação for rápida, evitará solavancos e alta nos preços aos consumidores.

Pelos cálculos do Ministério da Agricultura, das 7,4

milhões de toneladas de arroz previstas para serem colhidas na safra 2023/24 no Rio Grande do Sul, existem cerca de 1,6 milhão de toneladas ainda em campo, onde deve haver perdas.

Além disso, parte do cereal já colhido e que estava em armazéns também deve ser danificada devido às inundações.

"Teremos perdas do que está nas lavouras e algo que já estava nos armazéns, que estão alagados. A grande dificuldade é a infraestrutura logística, tirar o arroz do Rio Grande do Sul e levar para centros consumidores", disse Fávaro.

Embora reconheça as dificuldades logísticas para escoar a produção do cereal do Estado, o presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Alexandre Velho, disse que não faltará arroz no mercado brasileiro.

Segundo ele, 83% da área semeada com arroz no Estado já foi colhida, com bons resultados de produtividade, o que indica que a produção passará de 7 milhões de toneladas. No ciclo passado, o Rio Grande do Sul colheu 6,9 milhões de toneladas e a expectativa inicial sobre 2023/24 era que chegaria a 7,4 milhões de toneladas.

"Trago uma palavra oficial da entidade que representa o setor arrozeiros.

Faltam 17% do Estado para colher. O problema é que a área mais atrasada está na região central do Estado, que foi a que mais sofreu com as chuvas", disse. "Mesmo que tenhamos dificuldade na colheita desse saldo, certamente o Rio Grande do Sul tem condições de atender o país. Reafirmo que não temos problemas para o abastecimento interno e não há necessidade de importação." Segundo Velho, a dificuldade para escoar a produção no momento é mais acentuada nas vias do interior do Estado do que para os grandes centros. "A BR-101 permite que o arroz gaúcho chegue aos centros do Brasil", afirmou.

Na manhã de ontem, o presidente Lula já havia afirmado que o governo estudava a possibilidade de importar arroz e feijão para conter os preços dos alimentos.

Fávoro disse que o arroz deverá ser importado, principalmente, de países do Mercosul.

Os problemas logísticos ainda são um entrave também para as empresas de carnes de aves e suínos no Estado, mas aos poucos as que tinham paralisado as atividades começam a voltar a operar, segundo o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin. "Paradas, de fato, estão somente três ou quatro unidades, embora dez estejam operando com capacidade reduzida", disse ele.

Apesar dos avanços, ainda há expectativa de que o setor demore um mês para recompor totalmente os sistemas produtivos na pecuária do Estado. "As granjas que tiveram prejuízos estruturais decorrentes das chuvas vão demorar mais tempo, mas não são muitas", acrescentou o presidente da Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul (Acsurs), Valdecir Folador.

No setor de leite, a produção também começa a voltar. Com a redução do nível das águas no Vale do Taquari e em diversas regiões do Rio Grande do Sul, a captação de leite vem sendo retomada em algumas áreas do Estado, segundo o Sindicato da Indústria de Laticínios do RS (Sindilat).

Ontem, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) atualizou o levantamento sobre os efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul e elevou para R\$ 570 milhões a estimativa de perdas para a agropecuária no Estado.

Aos poucos, indústrias que tinham parado começam a voltar Ricardo Santin

Dívidas poderão ser suspensas por 90 dias

O ministro da Agricultura, Carlos Fávoro, confirmou ontem que encaminhou uma proposta ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para que seja suspensa a cobrança de todas as dívidas rurais de produtores do Rio Grande do Sul por 90 dias. A medida havia sido antecipada pelo Valor PRO na manhã de ontem. Ainda não há data para que a proposta seja votada. O CMN deverá realizar uma reunião extraordinária para análise do pleito.

"Foi pedido ao CMN a prorrogação imediata, por 90 dias, de todos os débitos do setor, de custeio e investimentos, visto que o setor já vinha de secas, mas agora a situação se agravou de forma excepcional", disse Fávoro após reunião da Sala de Situação no Palácio do Planalto. A proposta foi encaminhada à ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, integrante do Conselho Monetário Nacional.

Fávoro afirmou que, depois de aprovada a prorrogação, começarão a ser elaboradas e anunciadas "medidas de reconstrução", sem citar detalhes. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai começar em breve a realizar anúncios de medidas para o Rio Grande do Sul e o setor agropecuário será contemplado.

O ministro da Agricultura citou, por exemplo, a necessidade de linhas de financiamentos para a reconstrução de aviários, empresas, armazéns e demais estruturas destruídas pelas forças das águas.

Ele disse que será preciso sair do "viés comum" das linhas de crédito ao setor diante dessa tragédia.

"É devastador", afirmou.

Uma das medidas defendidas por Fávoro é o uso de fundo de aval ou fundo garantidor do governo para apoiar os novos financiamentos, nos moldes do que foi feito na pandemia com o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

O ministro da Agricultura observou que o crédito tradicional requer a apresentação de garantias, como imóveis e máquinas, mas em muitos casos tudo foi perdido no Rio Grande do Sul por causa das chuvas.

Segundo ele, o "dinheiro para financiar não acabou", mas há aumento do risco com o desastre e maior dificuldade de liquidez.

Assim, uma das soluções pensadas seria a criação de um fundo de aval. "Na pandemia, o Pronampe foi fundamental.

Nesta hora, precisamos que as linhas venham atreladas a fundo garantidor para ter acesso efetivo na ponta".

No atual quadro de desastre no Rio Grande do Sul, disse Fávoro, é preciso ter algo "excepcional" para ter efetividade. "Não dá pra ser o mesmo crédito. Não há garantia". Ele não soube estimar qual será a necessidade de recursos para as linhas de crédito ou para o fundo de aval.

O ministro comentou ainda que será dada prioridade, pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais, do empenho de emendas parlamentares direcionadas à aquisição de máquinas da "linha amarela", como retroescavadeiras e niveladoras.

Segundo ele, é preciso cadastrar os municípios que deverão ser beneficiados para pagamento imediato

dos recursos.

O maquinário deverá ser usado principalmente para a reconstrução de estradas vicinais no interior do Estado.

Na manhã de ontem, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) havia apresentado ao ministro da Agricultura proposta de suspensão da cobrança das parcelas de financiamentos de produtores rurais gaúchos. A entidade pediu a prorrogação de todas as parcelas de financiamentos de custeio, investimento e comercialização, independentemente da fonte dos recursos.

A Farsul também pediu uma série de medidas estruturantes, como a concessão de crédito direcionado, com prazo de 15 anos de pagamento e carência de dois anos e juros vinculados apenas à meta da inflação, atualmente em 3% ao ano.

Antes do anúncio da proposta de MP para suspensão de dívidas dos produtores, o presidente da Farsul, Gedeão Pereira, disse ao Valor que a catástrofe no Rio Grande do Sul é "algo absolutamente inédito e sem precedentes", o que demanda medidas excepcionais.

"É um desastre que o país nunca viu", afirmou à reportagem.

"Situações catastróficas requerem soluções fora da caixa, temos produtores que perderam tudo", comentou.

"É um desastre.

Situações catastróficas requerem soluções fora da caixa" Gedeão Pereira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187864>

Ibovespa sobe e dólar cede à espera do Copom

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Às vésperas da decisão de política monetária do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), os ativos locais exibiram variações tímidas, enquanto investidores equilibraram incertezas internas e a melhora do ambiente global, posta à prova por comentários conservadores do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) de Mineápolis, Neel Kashkari.

O Ibovespa subiu 0,58%, aos 129.210 pontos, e o dólar caiu 0,12%, a R\$ 5,0672. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 foi de 10,745% para 10,73%, enquanto, nos EUA, o yield da T-note de dois anos teve leve alta a 4,839%, de 4,837%, e a taxa da T-note de dez anos recuou de 4,490% a 4,463%.

Contrariando a melhora de sentimento que culminou em movimento de descompressão dos mercados, Kashkari, do Fed, mostrou preocupação com a possibilidade de que a **inflação** nos EUA fique estagnada acima da meta de 2% do Fed, o que indicaria ao banco central americano que a política monetária ainda não está restritiva o suficiente. "Vamos elevar juros se for necessário", afirmou.

"É claro que meus colegas e eu estamos muito felizes com o fato de o mercado de trabalho ter se mostrado resiliente, mas, com a **inflação** no trimestre mais recente se movendo lateralmente, isso levanta questões sobre o quão restritiva a política realmente é", alertou. Apontou ainda para a expansão recente do setor imobiliário, importante vetor da política monetária nos EUA, como um possível indicador de que os juros podem ter de subir novamente.

Na visão de Ian Lyngen e Vail Hartman, analistas de renda fixa do BMO Capital Markets, as falas de Kashkari colocam ainda mais pressão em cima do resultado do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) americano de abril, cuja divulgação está prevista para a semana que vem.

"Se todo o restante se mantiver igual, suspeitamos que uma alta consensual do núcleo do CPI de 0,3% fornecerá outro ponto de dados que incentivará os investidores a olhar para além do forte desempenho

da **inflação** durante o primeiro trimestre, em benefício de rendimentos [dos Treasuries] mais baixos", projetam.

As declarações tiraram algum ímpeto dos mercados, mas agentes locais seguiram com as atenções divididas, com o desfecho da decisão do Copom no radar. A perspectiva de um corte de juro menor é consenso entre grandes bancos brasileiros. Itaú, Bradesco, Santander, BTG Pactual e Safra esperam que o Copom corte a Selic em 0,25 ponto percentual hoje.

Na contramão, o americano Citi avalia que ainda há espaço para um corte de 0,5 ponto por dois motivos.

O primeiro é que, segundo a equipe do banco, a recente deterioração das expectativas de **inflação** ainda pode ser manejada, dentro da margem de corte de juros existente percebida pelo Copom, que os profissionais calculam ser de 0,75 ponto. E, na visão do Citi, o colegiado reconhece que poderia haver uma perda de credibilidade na comunicação caso não seja cumprido um "compromisso condicional" estabelecido pelo "forward guidance" [orientação futura] emitida no Copom de março.

Priscila Araújo, gestora de renda variável da O3 Capital, diz que a descompressão vista nos últimos dias no mercado externo não ocorreu na mesma magnitude nos ativos locais porque as incertezas fiscais voltaram ao radar e agentes aguardam a decisão do Copom. "Se houver uma decisão dividida e mais "dovish" [suave], o mercado pode interpretar como um processo de politização do Banco Central", afirma.

"E não podemos esquecer que a indústria local segue fragilizada - e devemos ver mais dados de saques por conta das performances de abril -, o que limita a capacidade dos gestores de tomar risco."

10,73% foi a taxa do DI para janeiro de 2027

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187864>